

Poder Judiciário de SC lança robô dotado de inteligência artificial e capaz de propor minutas - Imprensa - Poder Judiciário de Santa Catarina



Por meio da sua Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ), o Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC) apresentou na tarde desta segunda-feira, 22 de janeiro, um novo robô que passa a atuar nas rotinas da jurisdição de primeiro grau. A ferramenta, porém, vai além das rotinas de automação: ela conta com inteligência artificial (IA) e tem capacidade para propor minutas de despachos, decisões e sentenças.

O uso dos algoritmos que simulam a interação humana acelera o andamento dos processos, beneficiando o cidadão e proporcionando mais tempo, autonomia e liberdade para que servidores e magistrados possam se dedicar a tarefas de maior complexidade. Os robôs já realizavam atividades como consultas de atestados de óbitos, de endereços e aos sistemas do Banco Central (Sisbajud) e do Denatran (Renajud).

A partir de resultados positivos obtidos com as iniciativas anteriores, o núcleo II da CGJ passou a desenvolver uma rede neural apta a classificar um conjunto específico de petições, no interesse de que, a partir da correta classificação, o trabalho de inserção de minuta fosse feito por um robô, ficando para o usuário a tarefa de conferência.



Essa nova ferramenta recebeu o nome de Robô Auxiliar. O juiz de direito Rafael Steffen da Luz Fontes, coordenador do Núcleo II (Estudos, Planejamento e Projetos) da CGJ, destacou que o projeto se iniciou em meados do ano passado, na ideia de apoiar os vinte gabinetes da Vara Estadual Bancária.

"Estamos dando um passo seguro. Há os questionamentos éticos quando se fala em inteligência artificial, mas temos a segurança de que é perfeitamente aplicável ao dia a dia do Poder Judiciário. É a conclusão de uma primeira etapa entre muitas que hão de vir", afirmou o magistrado.

O assessor correcional do Núcleo II, Ramon Quadros, fez uma detalhada apresentação do processo que levou à criação do novo robô. Trata-se de um algoritmo que usa a IA para a classificação de textos e documentos, voltado também para a inserção de minutas definidas previamente pelos gabinetes. "Começamos com três magistrados, e hoje já atuamos em 18 juízos. O resultado foi um aumento de 23,45% na produção média de despachos, e de 49,9% na produção de sentenças", ressaltou.



Da mesma forma, o juiz Rodrigo Tavares Martins, coordenador da Unidade Estadual de Direito Bancário, também foi convidado a falar sobre sua experiência com o uso do robô de inteligência artificial. "O avanço progressivo da confiança da ferramenta nos permite dizer que hoje ela é segura e confiável, com índice de acerto de mais de 99% nas minutas propostas. Em nome dos meus colegas da Unidade Bancária, quero agradecer ao doutor Rafael Fontes e à desembargadora Denise Volpato, corregedora-geral da Justiça, pela confiança estabelecida. É uma ferramenta que tem tudo para evoluir, é um marco", explicou.

"A IA é uma realidade, está presente hoje em todos os meios. E no Poder Judiciário não é diferente. O Robô Auxiliar já é uma grande ferramenta - e com certeza vai ser ainda melhor no futuro, quando será adotado por mais magistrados e por mais áreas", complementou o presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), desembargador Altamiro de Oliveira, ao fechar a solenidade.

Justiça paulista adere ao Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples



o presidente do TJSP, desembargador Fernando Antonio Torres Garcia, assinou virtualmente a adesão ao Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples. FOTO: TJSP

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Fernando Antonio Torres Garcia, assinou virtualmente o documento de adesão ao Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, lançado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O pacto tem como objetivo a adoção de uma linguagem direta e compreensível na produção das decisões judiciais e na comunicação geral do Judiciário, tornando a Justiça mais acessível à população. O Pacto foi apresentado pelo presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, em dezembro de 2023.

A linguagem simples na Justiça promove o fortalecimento da democracia, por meio da igualdade de acesso à informação e da participação de todos no sistema jurídico. Por isso, no quesito acessibilidade, o pacto prevê que os tribunais aprimorem formas de inclusão, como o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras), da audiodescrição e de outras ferramentas similares, sempre que possível.

A adoção da linguagem direta e concisa deve estar em documentos, comunicados públicos, despachos, decisões, sentenças, votos e acórdãos. O pacto contará com a contribuição de juízes e juízas ao prever que seja explicado claramente o impacto da decisão judicial ou do julgamento na vida do cidadão e que sejam disponibilizadas versões resumidas dos votos nas sessões de julgamento. Os protocolos de eventos igualmente podem dispensar, sempre que possível, formalidades excessivas.

Desde 2013, o TJSP possui projetos relacionados com essa temática. Eles serão agora alinhados à nova política do CNJ. São eles: Petição 10, Sentença 10: o projeto prevê que os operadores do direito, por adesão, restrinjam suas manifestações ao limite de dez laudas, reservando-se a arrazoados mais longos como exceção e não como regra; Glossário de vocabulário jurídico para os juizados especiais, simplificando a linguagem para melhorar a orientação ao público nos juizados; e a série “Juridiquês não tem vez”, com vídeos explicativos feito por magistrados com explicação de termos jurídicos de forma descomplicada, disponibilizados na página principal do tribunal.

Linguagem direta

O [Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples](#) articula a atuação dos tribunais por meio de cinco eixos. O primeiro envolve o uso de linguagem simples e direta nos documentos judiciais, sem expressões técnicas desnecessárias, e a criação de manuais e guias para orientar os cidadãos sobre o significado das expressões técnicas indispensáveis nos textos jurídicos.

O segundo eixo incentiva a utilização de versões resumidas de votos nas sessões de julgamento, bem como a brevidade de pronunciamentos nos eventos promovidos no Poder Judiciário. Também está prevista a promoção de protocolos para eventos que busquem sempre que possível evitar formalidades excessivas.

O terceiro, envolve a formação inicial e continuada de magistrados, magistradas, servidores e servidoras para que elaborem textos em linguagem simples e acessível à sociedade em geral. Prevê ainda a promoção de campanhas de amplo alcance para a conscientização sobre a importância do acesso à Justiça.

O quarto eixo incentiva o desenvolvimento de plataformas com interfaces intuitivas e informações claras, assim como a utilização de recursos de áudio, vídeos explicativos e traduções para facilitar a compreensão dos documentos e informações do Poder Judiciário.

Por fim, o Pacto deve promover articulação interinstitucional e social por meio de ações como a criação de uma rede de defesa dos direitos de acesso à Justiça com comunicação simples e clara; o compartilhamento de boas práticas e recursos de linguagem simples; a criação de programas de treinamento conjunto de servidores para a promoção de comunicação acessível e direta; e o estabelecimento de parcerias com

universidades, veículos de comunicação ou influenciadores digitais para cooperação técnica e desenvolvimento de protocolos de simplificação da linguagem.

O Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples segue os princípios de direitos e garantias fundamentais do acesso à Justiça, à informação e à razoável duração do processo, todos previstos na Constituição Federal de 1988. A medida também se baseia nos instrumentos internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto de São José da Costa Rica, a Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, e as Regras de Brasília sobre Acesso à Justiça da Pessoas em Condição de Vulnerabilidade.

Fonte: *TJSP*

MACRODESAFIO

**FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO
INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO
COM A SOCIEDADE**

Cortes no Google, Citigroup e Amazon: por que continuaremos a ver layoffs em 2024

Empresas continuam enxugando as suas operações depois de ondas de contratação na pandemia e – em alguns casos – dedicando recursos a projetos de IA



Getty Images

Até agora, em janeiro, 58 empresas de tecnologia demitiram um total de 7.785 profissionais, de acordo com o site de rastreamento de demissões Layoffs.fyi

Acessibilidade

O ano mal começou e grandes empresas, como [Google](#), [Amazon](#), Citigroup e BlackRock, já anunciaram cortes significativos na sua força de trabalho.

As demissões em massa são impulsionadas por uma combinação de incerteza econômica, ascensão da inteligência artificial e o redimensionamento de empresas como resultado de ondas de contratações durante a pandemia.

Essas tendências refletem os desafios e o mal-estar que moldam o mercado de trabalho, particularmente no nível executivo.

- Siga o canal da [Forbes](#) e de [Forbes Money](#) no WhatsApp e receba as principais notícias sobre negócios, carreira, tecnologia e estilo de vida

Até agora, em janeiro, [58 empresas de tecnologia demitiram um total de 7.785 profissionais, de acordo com o site de rastreamento de demissões Layoffs.fyi](#), à medida que procuram reorientar as suas operações. E – em alguns casos – dedicar recursos a projetos baseados em IA.

As demissões são uma continuação das medidas estratégicas de cortes de custos do ano anterior. Em 2023, as empresas desligaram mais de 260 mil pessoas, só no setor de tecnologia.

Inscreva-se para receber a nossa newsletter

Email*

Escolha qual newsletter você quer receber*

Forbes Daily (Notícias diárias)

Forbes Money (Mundo financeiro)

Estou de acordo em fornecer o meu e-mail*

Ao fornecer seu e-mail, você concorda com a [Política de Privacidade](#) da Forbes Brasil.

Mas eles não são os únicos impactados. É esperado que os **efeitos dessas demissões no ânimo dos profissionais**, especialmente da média gestão, permaneçam a longo prazo, contribuindo ainda mais para o sentimento de insegurança nos seus empregos.

De acordo com uma pesquisa recente da ferramenta online de currículos MyPerfectResume, [85% dos trabalhadores estão preocupados com a possibilidade de perderem os seus empregos em 2024](#).

Leia também:

IA generativa

Com a ascensão da inteligência artificial e de outras tecnologias emergentes que impactam a força de trabalho, as grandes empresas estão aproveitando essas ferramentas para **otimizar as operações e cortar custos**.

A automação já está sendo fortemente implantada nas companhias. 78% dos líderes C-Level relataram que sua empresa usa ativamente a IA generativa, [de acordo com uma pesquisa da UKG](#), uma companhia de recursos humanos e tecnologia.

Além disso, 71% dos executivos afirmam que a sua organização planeja dar prioridade ao aumento ou avanço da utilização da IA, uma vantagem competitiva que eles admitem (49%) ter sido mais benéfica para os seus negócios do que para os funcionários.

O banco de investimentos Goldman Sachs publicou um relatório no ano passado que estima que 300 milhões de empregos poderiam ser perdidos ou reduzidos pelo rápido avanço dessa tecnologia.

Esta semana, a 27ª [Pesquisa Anual Global com CEOs da PwC](#) revelou que 25% dos CEOs esperam “reduzir o número de funcionários em pelo menos 5% em 2024 devido à IA generativa”.

No entanto, a gigante da consultoria de gestão informou que embora 14% dos CEOs de tecnologia prevejam uma redução do número de funcionários no próximo ano devido à IA, 56% deles também preveem contratações em 2024 – a uma taxa quase 20 pontos percentuais superior à média global em nossa pesquisa.

No geral, 39% dos CEOs esperam que o número de funcionários da sua empresa aumente 5% ou mais nos próximos 12 meses.

Contratação excessiva durante a pandemia

As empresas também continuam em um movimento de enxugar profissionais depois do excesso de contratações que ocorreu durante a pandemia. O objetivo é alinhar a força de trabalho com a evolução das necessidades empresariais e das condições econômicas.

Em 2020, o distanciamento social e o lockdown exigido pela pandemia fizeram estudantes e trabalhadores se voltarem para a internet e ferramentas de software e adotarem estilos de trabalho remoto.

À medida que os lucros dispararam, as empresas expandiram a sua força de trabalho para satisfazer as novas exigências. A guerra por talentos durante movimentos como a Grande Renúncia, nos Estados Unidos, forçou as empresas a contratar e reter profissionais, mesmo que eles não cumprissem todos os requisitos necessários.

Os gerentes perceberam que, se não recrutassem pessoas rapidamente, perderiam para os concorrentes. Como resultado, acabaram acumulando profissionais, o que já não é mais sustentável.

** Jack Kelly é colaborador sênior da Forbes USA. Ele é CEO, fundador e recrutador executivo da WeCruitr, uma startup de recrutamento e consultoria de carreira.*

TJSP resgata a história do Judiciário paulista com podcast Casos Forenses e ganha prêmio



Lançado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), o *podcast* e o *videocast* Casos Forenses contam a trajetória de processos marcantes que moldaram a história do tribunal. Com um levantamento feito em bibliotecas, arquivos e museus, juntamente com a digitalização dos autos, o projeto se esforça para preservar a integridade dos documentos históricos do TJSP.

Em sua produção, o conteúdo destaca casos emblemáticos, oferecendo ao público a oportunidade de conhecer a atuação do sistema de justiça a partir de perspectiva histórica. O programa pode ser acessado pelos principais agregadores de *podcast* e a versão em vídeo pelo canal oficial do YouTube do TJSP.

Os dois primeiros episódios, lançados em 2022, apresentaram o Crime da Mala (1928) e o Crime do Restaurante Chinês (1938). Com novos episódios em produção para este ano, o projeto continua a expandir seu alcance e a enriquecer a compreensão da história do Judiciário paulista. O programa inclui entrevistas com especialistas, profissionais do Judiciário e convidados como historiadores, pesquisadores e jornalistas.

Além de trazer à tona casos importantes, o *podcast* se destaca por seu compromisso com a preservação do patrimônio da cultura judicial. Ao resgatar essas histórias, o projeto oferece ao público a oportunidade de se conectar com o passado do Judiciário e compreender a evolução da Justiça ao longo do tempo.

Prêmio CNJ de Memória do Poder Judiciário

Desde seu lançamento, o *podcast* Casos Forenses tem atraído público significativo, acumulando mais de 17 mil acessos, o que levou a iniciativa a receber recentemente o reconhecimento do Prêmio CNJ de Memória do Poder Judiciário, na categoria Patrimônio Cultural Museológico. Esse prêmio destaca a relevância da iniciativa e seu impacto na preservação e na valorização do patrimônio histórico do Judiciário brasileiro.

O prêmio faz parte da política do CNJ, reconhecendo ações, iniciativas e projetos que contribuem para a preservação, a valorização e a difusão dos bens culturais materiais e imateriais do Judiciário, integrantes do patrimônio cultural brasileiro, além de promover os direitos humanos.

Texto: Maria Paula Meira
Supervisão: Jônathas Seixas
Agência CNJ de Notícias

MACRODESAFIO
FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO
INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO
COM A SOCIEDADE

Sobre a simplificação da linguagem do Direito que o CNJ deseja

Imaginemos que as faculdades (embora a maioria já o faça) venham a instituir, para colaborar com o CNJ, o “Selo de Direito Simplificado”...!.

Spacca



Lenio Luiz Streck
jurista e professor

1. Sempre é bom melhorar a vida dos usuários

Há um projeto anunciado pelo ministro Barroso, presidente do CNJ, de simplificar a linguagem jurídica, que busca “*eliminar termos excessivamente formais e dispensáveis à compreensão do conteúdo*”, “*adotar linguagem direta e concisa nos documentos, comunicados públicos, despachos, decisões, sentenças, votos e acórdãos*” e “*explicar, sempre que possível, o impacto da decisão ou julgamento na vida do cidadão*”, entre outros pontos.

Reconheço as boas intenções. Sempre é bom desejar melhorias.

Todavia coloco nesta coluna, com a lhanza de sempre, minhas impressões críticas sobre toda e qualquer tentativa de simplificação – inclusive essa do CNJ.

Meu ponto é que, a pretexto de combater a condenável linguagem empolada (o datavenismo é chato mesmo) que herdamos de uma tradição elitista, há tempos se vem alimentando uma cultura simplificadora, que é extremamente perigosa. Essa cultura naturaliza uma formação de baixa qualidade, na qual se vende (e a palavra é justamente essa) aos alunos **a ilusão de que não precisam estudar a sério para exercerem sua profissão**. Toda complexidade do Direito seria na verdade uma complicação desnecessária.

Um grande mercado se estabeleceu **para vender essas facilidades**: professores, coaches, cursinhos, tiktokers, editoras e faculdades. Eles anunciam um aprendizado que exigiria pouca leitura, atenção e dedicação, **mas que traria sucesso financeiro rápido e garantido**. Os efeitos disso transcendem o ambiente educacional e se refletem num empobrecimento do raciocínio jurídico visível na prática. Cada vez mais, crescem relatos do completo despreparo dos recém-formados. Não me refiro aqui somente às deficiências técnicas, de não saber operar minimamente com conceitos doutrinários ou elaborar peças processuais. Trata-se de algo muito mais profundo e catastrófico: lidadores jurídicos que sequer sabem interpretar leis ou argumentar de modo coerente. Analfabetos funcionais.

2. Direito em linguagem simples? O que seria isso? Qual é o conceito?

O assunto é pop. Jornalistas (e agora também o CNJ) amam pessoas da área jurídica que “explicam” o Direito em forma de platitudes. Ou, em palavras mais diretas, “Direito em linguagem simples”. O CNJ, como dito acima, lançou o “Selo Linguagem Simples” a ser entregue a juízes e tribunais.

Admito que sempre é salutar **facilitar a comunicação**. Porém, a pergunta é: a ciência (ou uma área do conhecimento como o Direito) é algo para ser facilitado sem que perca a substância?

Veja-se que na vida real (redes sociais que dizem como o mundo deve ser) a simplificação já é moda de há muito. O tik tok chegou no Direito faz um tempo e **não há qualquer sinal de que o Direito tenha melhorado**.

A literatura jurídica vem sendo simplificada por demais há duas décadas. **E visivelmente piorou**. Isso é fato. Estamos em um nível abaixo até do concurseirismo. Os docentes vêm sendo substituídos pelos “produtores de conteúdo” (sic). Para que preparo pedagógico? Para que se atualizar nas teorias e evidências empíricas sobre os processos mais efetivos de ensino-aprendizado?

Bom, não vou me meter com as demais áreas. Mas do modo como é ensinado e aplicado o Direito em um país desigual como o nosso, **não creio que o Direito tenha algo a simplificar ou algo para ser engraçado (considerando o número de jus tiktokers que atuam na área)**. O Direito está mais para tragédia do que comédia.

Simplificações? *Legal design*? O mundo real é: “Ah, aí o sujeito ficou preso 11 anos preventivamente...” Outra: “o indivíduo foi condenado por reconhecimento fotográfico e depois absolvido...”; “desembargador critica Rede Globo por enaltecer homossexuais e absolve juiz”; ou: “daí os embargos foram rejeitadas em cinco palavras”; e que tal fazer um TikTok “engraçadíssimo” **sobre a diferença entre roubo e latrocínio..., como se vê nas redes**. E tem uma melhor: aí a promotora disse “esses advogados são bosta”... (sem s). Convenhamos, isso é simples ou complexo? Dá para simplificar? Como se pode comunicar — de forma simplificada — algo como “menos de 1% dos recursos são providos nas Cortes Superiores”?

3. Virou clichê bater no juridiquês; porém, o que é isto — o juridiquês?

Ne medida em que jornalistas adoram linguagem simples no Direito, a *Folha de S.Paulo* **publicou** reportagem com o título “*Advogados ganham projeção nas redes com anti-juridiquês*”. Eis o ponto: virou clichê falar em “antijuridiquês”. *Cool*. Pop. Minha pergunta: seriam advogados ou *coaches* (seja lá o que for isso) os especialistas em antijuridiquês? O que é isto — juridiquês?

O que é “projeção nas redes”? Esse é o critério de veracidade e correção de algo? Bom, considerando o grau de “inteligência médio” das e nas redes, já é fácil entender o grau de simplificação do “antijuridiquês”. Viva a pós-modernidade.

Um professor explicou o fenômeno: “os advogados viemos de uma cultura muito rígida”. Minha pergunta: **cultura rígida?** De onde tirou isso?

Para mim, isso que está aí – o modo como o direito é discutido — já é o próprio antijuridiquês. Explico: simplificar é anti juridiquês. Sob viés contrário. **Quando alguém fala em “verdade real” é o antijuridiquês na veia**. Cursos de “lei seca” são antijuridiquês “autênticos”. E ensinar Kelsen (ou nem saber quem foi), no modo como “ensinam” esse autor, é “algo rígido”?

Querem algo mais simplificador do que foi feito com a teoria de Alexy? Deu no que deu. Simplificaram tanto que já nada resta do que o autor disse...! **Eis um bom exemplo do que é simplificar!** E o que foi feito com os precedentes? Simplificaram tanto que ninguém obedece. Por quê? Porque talvez já não estejamos manejando a “coisa”. Manejamos, simplificadamente, aquilo que dissemos que a coisa é.

4. O ponto fulcral: confusão entre complexidade e a forma de comunicação

Vejam. Uma advogada que tem canal tipo TikTok disse a frase do ano: com “**termos rebuscados**” (sic) **ninguém entende o Direito**. Fantástico. Pergunto: o que seriam esses “termos rebuscados”? O que a causídica quereria dizer? E eu perguntaria para a causídica do TikTok: e com termos rebuscados ninguém entende a filosofia? E a sociologia? E a medicina? Como será que os cientistas escrevem seus artigos? Será que a causídica já leu uma revista Qualis A de outra área? Ou da própria área do Direito?

Pois essa é, para pegar uma frase do ministro Gilmar, a *grosse Konfusion* que se instalou no Brasil. Que gerou essa ânsia de construir o Império do Simples.

Explico. **Uma coisa é o Direito em sua complexidade. Outra é confundir isso com a forma de comunicar para quem não é da área**. Ou para quem é da área, dado o grau de mediocretização crescente. Aqui está o busílis. O problema de quem defende simplificar a linguagem do Direito (seja lá o que isso signifique) é que parece que desejam simplificar o Direito *para os próprios lidadores jurídicos*. Pior é misturar isso.

5. De como o CNJ pode estar caindo nessa (ou em uma) armadilha ou “de como para aprender a alegoria da caverna não basta entrar em uma caverna, como fez a repórter da Globo”

Não se deve confundir o Direito com a linguagem empolada de alguns causídicos “data vênias”, “javanezeiros” e “verborrágicos”. Chamar prisão de “ergástulo” é uma chatice mesmo. E fazer citações em latim é uma javanezice (refiro-me ao conto *O Homem que Falava Javanês*).

Porém, alguém reclama da complexidade da obra de Hegel? Da filosofia em geral? De Kelsen? E da física? E da química? Isso “justifica” ensinar as fórmulas da química por TikTok? Ou por *chemistry design*? **Uma coisa é a química. Ou a filosofia. Ou a medicina. Ou o Direito. Outra é alguém querer vender esse peixe pela mídia.**

Lembro aqui de Ronald Dworkin, para muitos o maior filósofo do direito dos últimos tempos, que criticava juristas defensores de uma abordagem anti teórica. Na verdade, fazer teoria é sempre necessário para que possamos articular uma série de informações, interpretações e argumentos num raciocínio coerente. Não há como não ter uma teoria ao resolver um caso; não se pode julgar a partir de lugar nenhum. No máximo, pode-se julgar com uma teoria ruim, irrefletida, que reproduz acriticamente nossos preconceitos e contradições. Dworkin dizia que não se podia entrar num caso se comprometendo a não discutir princípios complexos que ele poderia suscitar. **O caso é quem dita a complexidade necessária à discussão!** Aceitamos essa possibilidade com relação a outras áreas do conhecimento. Mas, por alguma razão desconhecida, quando se trata do Direito (e das ciências humanas e sociais, em geral), **imediatamente pressupõe-se que a complexidade é desnecessária** e que podemos julgar de modo intuitivo. Basta querer simplificar.

A Globo até já tentou ensinar filosofia em cinco minutos no Fantástico. A professora escalada para a tarefa, para ensinar a Alegoria da Caverna, tentou uma isomorfia: entrou em uma caverna... Tornou-se hilário. **E ninguém aprendeu nada.**

Minha solução? Ler Platão. *Essa é a alegoria... da alegoria.* Simples assim. Ou complexo.

6. E disse a professora: “Os jovens não gostam de Machado porque escreve cinco palavras difíceis por frase... e eu simplifico isso”
Há dez anos escrevi: a escritora Patrícia Secco ([ler aqui](#)) encontrou um novo nicho para vender seu peixe, a exemplo do que ocorre nos cursinhos na área jurídica (e nas faculdades). Vejam o que disse a moça: “Entendo por que os jovens não gostam de Machado de Assis”. E ela “explica”: “— **Os livros dele têm cinco ou seis palavras que não entendem por frase. As construções são muito longas. Eu simplifico isso**”. Fantástico, não? Depois nos perguntamos por que não ganhamos nenhum Nobel até hoje.

Autoexplicativo o que diz a escritora-simplificadora. Livros que têm cinco ou seis palavras difíceis por frase...

E agora vamos trazer isso para o Direito? Isto é: já está aí de há muito. Falta institucionalizar. E o CNJ corre esse risco de cair em uma armadilha. Uma pergunta: **a cúpula do CNJ conversou com especialistas sobre o tema?**

Preocupa-me tanto isso tudo, que, lendo a reportagem que a *Folha* [publicou](#), **tem-se a impressão de que o Direito é um conhecimento sem importância.** “Ora, qualquer um pode ensinar e aprender”... “Faça você mesmo.” Algo como “monte um programa de culinária na sua cozinha”. “Produza conteúdo.” Para que antibióticos, se temos “plantas que curam”?

Daí exsurge uma pergunta muito séria: quem deseja simplificar o Direito está se dando conta de que pode estar diminuindo a importância do objeto? Rebaixando o Direito?

7. O paciente zero da jus pandemia

Tudo isso tem a mesma origem. Começou com livros “tipo manualzinho”. Era uma coceira... que virou gangrena. E agora querem fabricar próteses. Para pensamentos. Denuncio esse fenômeno há décadas. Produzem-se simplificações, resumos, resuminhos e quejandices para tornar “mais acessível” o conhecimento técnico... Direito sem as partes chatas: eis o mote.

Ora, há um não dito nisso tudo. Um silêncio que fala. **Simplificar o quê?** E de que modo? “Desenhar” o direito resolve? No que isso melhora a prestação jurisdicional?

Meu alerta ao CNJ: com tanta literatura simplificadora no mercado e até usada em decisões judiciais, em que o CNJ se baseia para propor simplificar? Quais os pressupostos teóricos? Em termos epistemológicos (no sentido de que falava um autor como Bachelard ou como fala Susan Haack), como fundamentar uma simplificação da linguagem jurídica **sem comprometer o — já comprometido — objeto?** Isso é muito sério.

Há o problema adicional do qual a simplificação, vorazmente, se retroalimenta. Quando você diz aos alunos que “tudo bem não estudar”, “o importante é a prática”, “bom mesmo é falar e escrever simples”, **eles não só não aprendem o assunto como também desaprendem a... estudar!** Se o CNJ diz que a linguagem tem de ser simples, por que os alunos “aceitarão complexizações”? Dirão até que “estudar não serve para nada”.

Ao não enfrentarem leituras difíceis, os alunos rebaixam suas habilidades cognitivas e passam a precisar regressivamente de materiais cada vez mais simplificados.

É preocupante que, apesar de todos esses riscos, os próprios meios de comunicação (como a *Folha de S.Paulo*) noticiam o fenômeno *sem qualquer juízo crítico*. Noticiam como se fossem empiristas descrevendo fenômenos da natureza... (observação: este texto está recheado de termos complexos; como simplificar?)

8. O fato de haver demanda não quer dizer que devemos violar a lei de Hume ou “de como devemos sofisticar o Direito em vez de simplificar”

De um “é”, não se tira um “deve”. Eis a famosa Lei de Hume. Se há um imenso público ávido por platitudes, sensaborias e lugares comuns que imitam almanaques de farmácia (basta folhear alguns livros de direito desenhado, facilitado e cinco minutos nas redes para constatar isso), isso não quer dizer que essa prática não deva — e não possa — **ser criticada**. E não se diga que isso é “popular e democrático”. Pode ser demagógico, no sentido clássico do termo.

Cabe notar que a demanda por “fórmulas mágicas” num período de tamanho progresso científico é um sintoma mórbido de nossa época. Há inúmeras pessoas que se recusam a pagar por uma sessão de psicoterapia com um profissional habilitado, **mas que pagam de bom grado R\$ 5 mil para almoçar com um coach**. Essa comparação se aplica ao Direito. Há agora os “mentores” no direito. Em vez de ler Kelsen, contrata uma mentoria. Ou um coach. Em vez de escrever um tratado sobre carneiro, compre um e asse, como na Teoria do Medalhão!

De minha parte, na contramão, penso que devemos é sofisticar o ensino. Urgentemente. Ou dessimplificar. **E não confundir isso com a comunicação para o usuário (ou para os próprios profissionais).** Não esqueçamos que quem explica para o paciente o problema é o médico. Não é o atendente do hospital. Nem o porteiro. E quem explica o caso para o usuário é o seu advogado. Isso quer dizer que explicar sentença por tik tok parece, com o devido respeito e com toda a lhanza, uma espécie de caricatura do Direito.

Judiciário não faz Direito para jornalistas. Judiciário comunica Direito que foi aplicado. O Direito, **que deve ser sofisticado porque cuida dos direitos das pessoas, deve ser tão complexo quanto necessário.** Tão complexo quanto deve ser um procedimento cirúrgico para curar pessoas. O modo como o médico vai contar isso na entrevista é outra coisa. A *grosse Konfusion* é misturar esses âmbitos.

9. Para além do pacto proposto pelo CNJ, o problema da automedicação jurídica

Dir-se-á: isso tudo não tem a ver com o que CNJ planeja. Pode ser. O CNJ não deixou nada claro. De todo modo, pergunto, olhando o estado da arte atual: em nome da simplificação e das facilitações, **quantos direitos são vitimados diariamente por advogados malformados**

(essa questão assume foros de extrema gravidade) e **que acham que dá para aprender Direito com pílulas de sabedoria?** Ou de juízes que dizem que jamais citam doutrina?

Em termos alegóricos, parece que estamos na fase da automedicação jurídica. Não seria melhor ler a bula? Isto é, estamos falando de coisa séria aqui. **Dos direitos das pessoas.** E da própria democracia, já que existe gente formada em direito que odeia a Constituição. Lembremos do 8 de janeiro, com advogados formando fileira golpista; e 63% dos causídicos se colocando contra a presunção da inocência. Deveríamos nos perguntar: de onde vem isso? Da sofisticação ou da simplificação? O senso comum anda lado a lado do simples.

10. O Direito se envergonha de seu conteúdo?

De novo: não é brincadeira. Exigir estudo não é elitismo.

Há um ônus para quem acha que tudo pode ser comunicado de forma simplória, conspurcando até mesmo o trabalho de uma parte dos professores (que, ao que consta, não foram consultados) — sim, essa classe ainda existe — que se dedicam às pesquisas desse complexo fenômeno que é o Direito.

Qual será o problema de assumirmos que nosso objeto de estudo e trabalho é complexo? Direito talvez seja a única disciplina que **se envergonha de seu conteúdo**. Vamos refletir sobre isso.

Há coisas intrigantes na matéria da *Folha* (a matéria citada é de 2022, e já há coisa mais recente) como a dita por uma *jus-youtuber*: “*um advogado em início de carreira, que não tem clientes e nem escritório, mas tem celular, pode produzir conteúdo*”.

Como assim? Qual conteúdo? **Se não tem clientes, nem escritório, vai ensinar algo?** Está aí um meme: “Quem sabe, sabe; quem não sabe, ensina”.

11. Moral da história: descomplicar o que há anos as faculdades já fazem?

Pelo visto, quer-se descomplicar o que já não era complicado, porque há anos as faculdades de Direito se esforçam para simplificar. **É disso que temos de falar.** Precisamos falar sobre o ensino jurídico. E não sobre projetos para simplificar a linguagem. Ora, simplificando a linguagem, simplifica-se o Direito. Eis meu alerta ao CNJ. Na [coluna passada](#) já tracei alguns pontos.

Formemos advogados e defensores e procuradores e juízes que saibam levar o Direito a sério. A simplificação só é boa para um mercado que cresce dia a dia: tik tok, coaching, resumos dos resumos, direito desenhado etc. Já tem gente ensinando como fazer resumo via inteligência artificial.

Até acredito que haveria espaço para a urbanização (simplificação) do Direito, isto é, para a tradução do complexo em termos mais acessíveis. É possível. O ponto é que o ensino, na base, já é frágil. Contentamo-nos com reciclagem?

Para a simplificação ter sucesso, *seria preciso que houvesse de fato uma substância complexa e sofisticada a ser explicada para o público*. Mas as faculdades, em sua maior parte, (já) não se preocupam (mais) em transmitir essa substância. Entre informação e conhecimento, optaram por um simulacro de informação de terceiro nível.

12. Se alterar o samba tanto assim, já não haverá samba ou de como não podemos dizer as mesmas coisas com outras palavras

O problema da simplificação é que ela faz com que o objeto desapareça. Por isso Paulinho da Viola dizia: tá legal, eu aceito o argumento, mas não me altere o samba tanto assim. Porque, dependendo da alteração, **já não há samba**. O filósofo Ernildo Stein escreve que “não podemos dizer as mesmas coisas com outras palavras”. Há uma profundidade hermenêutica abissal nessa reflexão.

Eis minha contribuição, sem pedir vênias ao CNJ. Vênia é uma palavra superchata. De verdade. Nisso concordamos.

Post scriptum 1: a propósito, em 2018 escrevi uma coluna chamada [Direito high tech não encurta orelha de alunos e professores!](#) Ali desenvolvo um texto sobre a memória e a escrita. E o ensino.

Post scriptum 2: leio que o TJ-SC distribuiu um robô (de nome Robô Auxiliar) que fará esboços (minutas) de decisões. Assim como caixas perdem suas funções em bancos, estagiários e assessores estão com seus empregos a perigo. E as partes dependem dos esboços de robôs, por mais que se doure a pílula (já não existem os robôs que detonam recursos?). Mais um ingrediente nessa tempestade perfeita do império do simples e do eficientismo. E há algo ainda mais grave: como diz Chomsky, robôs (ChatGPT) são plagiadores na essência. Não citam fonte. Logo, os esboços de decisões (sentenças, acórdãos) serão produtos, na origem, de um robô plagiador. Inexorável.

Pobre da doutrina. Quem ainda quer escrever livros? Mais fácil é saber lidar com algoritmos, atalhos, truques, memorizações, jogos, estratégias... e tudo em linguagem simples. Estudar, de verdade, nem falar...

Desculpem a chatice. E o “textão”.

Entenda como vai funcionar a margem de preferência em compras públicas

Ações estratégicas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), principalmente voltadas às compras públicas, fazem parte do plano de iniciativas da nova política industrial brasileira, lançada esta semana pelo Governo Federal. Nesta terça-feira (23/1), foi publicado no Diário Oficial da União (DOU), o [Decreto nº 11.890/2024](#), que regulamenta o artigo 26 da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), e estabelece as diretrizes para aplicação da margem de preferência na Administração Pública Federal, autárquica e fundacional.

O Decreto também institui a Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (CICS), que conta com a participação de sete ministérios, o BNDES e a FINEP. O objetivo da Comissão será analisar a aplicação de margens de preferência e outros instrumentos de fomento à inovação e ao desenvolvimento sustentável e inclusivo associados às contratações públicas.

Em um primeiro momento, a Comissão fará a análise de propostas encaminhadas pelos órgãos públicos para que sejam concedidas margens de preferência para determinado produto ou serviço em contratações públicas. A Comissão vai avaliar, entre outros critérios, a viabilidade operacional, os benefícios, os custos e, ao final, vai emitir uma resolução que autoriza a aplicação da margem.

De acordo com o decreto, poderá ser aplicada uma margem de referência de 10% para garantir a preferência na contratação de produtos manufaturados nacionais, serviços nacionais ou bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis. Foi estabelecida também uma margem de preferência adicional, que pode ser acumulada com a nominal em até 20%, para privilegiar a contratação de produtos e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica interna, quando em competição com produtos estrangeiros.

As margens de preferência não se aplicam aos bens manufaturados nacionais e aos serviços nacionais se a capacidade de produção ou de prestação no país for inferior à quantidade de bens a ser adquirida ou de serviços a serem contratados.

Segundo o decreto, o Distrito Federal, estados e municípios, bem como demais órgãos da União, terão a opção de aderir às margens de preferência fixadas pelo Poder Executivo, mas não são obrigados a adotarem o procedimento.

Incentivo à produção nacional

A margem de preferência em compras públicas é um instrumento utilizado por diversos países para estimular o desenvolvimento interno de elos essenciais de cadeias produtivas consideradas estratégicas. No Brasil, o instrumento foi introduzido em 2010 (Lei nº 12.349/2010). A margem de preferência permite que a Administração Pública priorize, em compras e contratações, produtos produzidos no Brasil, com o objetivo de aumentar o emprego e a renda e fortalecer a inovação e a indústria brasileira. A Nova Lei de Licitações já previa as margens de preferência desde sua publicação.

“Esse é um instrumento central para fomentar a produção nacional sustentável e a consolidação de produtos decorrentes de pesquisa realizada no Brasil”, destacou a ministra da Gestão, Esther Dweck, durante o evento de lançamento da nova política industrial brasileira.

Memória digital: o que fica na rede quando partimos?

Vivemos momento de crescimento exponencial das informações que compartilhamos e deixamos salvas em meios digitais, tais como na memória de aparelhos eletrônicos e serviços de armazenamento em nuvem. Os dados pessoais guardados em redes sociais e plataformas digitais podem ser dotados de valor patrimonial, mas também possuir valor sentimental tanto para os donos dos perfis como terceiros que possuem vínculo com eles. Nesse cenário, o falecimento do usuário implica em questões sucessórias quanto ao destino de tais informações digitais, que podem versar sobre a memória afetiva e patrimônio do *de cujus*.

Em processo judicial proposto pelo pai e inventariante de uma jovem falecida em acidente de trânsito, o Tribunal de Justiça de São Paulo foi questionado sobre a possibilidade de expedição de alvará judicial para fornecimento de dados pela empresa que produziu o celular da jovem e lhe prestava serviços de armazenamento [1]. No pedido elaborado pelo genitor, além de acesso a dados patrimoniais, como os constantes em aplicativos de bancos utilizados pela então proprietária, havia interesse em acessar registros de família de valor sentimental como fotos, vídeos e mensagens, o que foi chamado pelo Tribunal de Justiça como “memória digital” da jovem.



Apesar do termo adotado pelo tribunal, não há definição legal do conceito no ordenamento jurídico brasileiro. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14) e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/18), não mencionam e nem dispõem sobre tal conceito. Em uma leitura restritiva, inclusive, a LGPD nem se aplicaria a pessoas falecidas, porquanto o conceito de titular de dados pessoais abrange apenas a pessoa natural a quem se referem as informações, sendo certo, conforme disciplina o Código Civil, que a existência da pessoa natural termina com a morte.

Não obstante, parte da doutrina defende que a omissão legislativa não deve servir de impedimento para que haja a proteção e disposição dessa memória (ou herança) digital após a morte [2]. O Instituto Brasileiro de Direito das Famílias (IBDFAM) inclusive reconhece o instituto da memória digital, por meio de seu enunciado nº 40, que dispõe que “*a herança digital pode integrar a sucessão do seu titular*” [3].

Dito isso, deve-se, pois, dar especial atenção para a classificação dos dados deixados pelo falecido, que podem ser divididos em patrimoniais e existenciais. Os de conteúdo patrimonial são todos aqueles que possuem valor econômico mensurável como, por exemplo, aqueles inseridos em aplicativos de banco e em contas monetizadas de redes sociais. Já os de conteúdo existencial não possuem finalidades financeiras, tais como fotos no rolo de câmera do celular, as contas não-monetizadas de redes sociais, e-mails e aplicativos de conversas privadas.

Dessa divisão decorrem duas correntes doutrinárias: (1) uma que entende ser transmissível a herança digital, independentemente de envolver conteúdo patrimonial ou existencial e (2) outra que sustenta a transmissibilidade apenas dos dados de conteúdo patrimonial, devendo os dados de natureza existencial ser tutelados à luz dos direitos da personalidade.

No precedente acima mencionado, vê-se que o Tribunal de Justiça de São Paulo se alinhou à primeira corrente ao permitir ao pai acesso tanto as informações patrimoniais, quanto aos registros familiares armazenados no celular de sua filha, que possuem “imensurável valor sentimental”. A decisão enfatizou ainda que “*a memória digital contida no aparelho (...) é de titularidade dos seus herdeiros*”.

Tal entendimento ecoa o de outro julgado do mesmo tribunal. Dessa vez, era uma filha que buscava acesso aos dados armazenados em nuvem contratada por seu falecido pai. Novamente, apesar dos argumentos da provedora de serviços de nuvem no sentido de violação da intimidade e privacidade do *de cujus* e ausência de disposição em vida sobre o destino das informações, disse o tribunal paulista: “*com efeito, os autos tratam do direito de acessibilidade à memória digital. (...) Pode dizer-se que é direito que decorre da interpretação sistemática do art. 1.788 do Cód. Civil*” [4].

De acordo com Laura Schertel Mendes e Karina Fritz, a regra da transmissibilidade da herança digital não enfraquece os direitos de personalidade, mas reforça a autonomia privada dos usuários de redes sociais ao lhes assegurar o poder de decidir livremente quem pode ter acesso ao legado digital armazenado no mundo virtual [5].

Nessa toada, diferentes empresas fornecedoras de serviços digitais já possuem mecanismos para que usuários declarem a destinação de suas informações após a sua morte, inclusive com a possibilidade de nomear as pessoas que poderão ter acesso às informações armazenadas na conta ou a possibilidade de transformação de perfil em rede social, por exemplo, em página memorial ou simplesmente desativação da conta [6].

Vê-se, portanto, que tanto o Judiciário quanto as empresas tem se posicionando de modo a criar mecanismos para destinação dos dados deixados por pessoas falecidas, acolhendo os interesses patrimoniais e afetivos dos herdeiros, no que vem se consolidado como memória digital.

[1] TJ-SP. Apelação nº 1002101-53.2022.8.26.0638, 3ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Donegá Morandini, j. em 05.06.2023.

[2] LEAL, Livia Teixeira. Internet e morte do usuário. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2019, p. 52.

[3] Disponível em: <https://ibdfam.org.br/conheca-o-ibdfam/enunciados-ibdfam>.

[4] TJSP. Apelação nº 1004334-42.2017.8.26.0268, 7ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Rômolo Russo, j. em 31.03.2021.

[5] MENDES, Laura Schertel; FRITZ, Karina Nunes. Case Report: Corte Alemã Reconhece a Transmissibilidade da Herança Digital. In RDU, Porto Alegre, Volume 15, n. 85, 2019, p. 188-211.

[6] TEPEDINO, G.; NEVARES, A.; MEIRELES, R. Direito das Sucessões. São Paulo: Editora Forense. 3ª edição, 2022.

Concurso unificado: vagas e inovação

Exame nacional democratiza o acesso ao funcionalismo e torna a administração mais moderna, sustenta secretária do Ministério da Gestão

O Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) desponta como um dos certames mais aguardados do ano, com um total de 6.640 vagas. Em apenas cinco dias de inscrições abertas, já ultrapassa a marca de 700 mil candidatos.

Se, por um lado, a seleção representa uma oportunidade de emprego a milhares de brasileiros, por outro, significa uma mudança importante na administração pública federal, na avaliação de quem participou da preparação do modelo seletivo.

Convidada do Podcast do **Correio**, a secretária adjunta de gestão de pessoas do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), Regina Camargos, explicou a formulação do processo e a complexidade da iniciativa, classificando-a como “a experiência mais disruptiva, inovadora e desafiadora” de sua carreira profissional.

O governo federal tem expectativa alta. Regina Camargos sublinhou a meta de reforçar administração pública federal até 2026. “A gente pode chegar, até ao final do mandato do presidente Lula, em torno de 20 mil vagas criadas”, contabilizou.

O concurso unificado envolve 21 órgãos públicos federais e, segundo Camargos, rompe com a abordagem tradicional de seleções públicas. O modelo prevê um exame único, a ser realizado em 5 de maio em 220 cidades brasileiras, incluindo pequenos municípios do interior. Esse movimento visa democratizar o acesso aos concursos públicos, antes restritos a grandes centros urbanos.

“Todo mundo estava acostumado com essa pedagogia dos concursos tradicionais, e, de repente, esses órgãos, voluntariamente, aderem a essa experiência. É um desafio porque você está chamando as pessoas para um terreno que é desconhecido”, afirmou Camargos.

Inclusão social

Na entrevista aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Rosana Hessel, Regina Camargos abordou que o processo se revela não apenas como uma oportunidade de emprego, mas também como uma política pública de inclusão e renovação no funcionalismo público brasileiro.

“O concurso unificado atende nesse sentido de abrir oportunidades. Os concursos nos seus formatos tradicionais têm limitações, acabam reproduzindo uma lógica social, por exemplo, de exclusão. Os concursos eram muito restritos. Agora vamos ter provas em pequenas cidades do interior do Brasil. A escolha dessas cidades tem uma metodologia por trás”, explicou.

O planejamento do concurso em blocos temáticos representa um esforço para combater as limitações percebidas nos formatos tradicionais, buscando superar barreiras sociais, econômicas e geográficas. Regina revela que a diversidade de oportunidades, com vagas de nível médio e superior, pretende introduzir os profissionais em carreiras transversais que possibilitam aos jovens explorarem diferentes áreas da administração pública.

“Os certames vão ficando cada vez mais caros e vão eliminando a participação das pessoas que não têm condições de pagar o custo desses concursos. Chegamos a analisar que, para alguns concursos, os candidatos chegam a desembolsar R\$ 30 mil em cursinhos, apostilas, livros e viagens”, observou.

“Sabemos que é algo completamente afastado da realidade da maioria dos jovens desse país, isso cria barreiras na entrada da juventude no serviço público”, completou.

Nova geração

A secretária ressaltou a importância de rejuvenescer a administração pública, oferecendo oportunidades de trabalho qualificado para a juventude. O CPNU, ao criar carreiras transversais, propicia mobilidade e permite que os candidatos transitem por diversos órgãos.

“A administração pública está precisando de renovação, estamos com a idade média dos servidores elevada, muitos servidores querem se aposentar mas não podem porque o órgão precisa do servidor. A ideia é atender o anseio da juventude por mobilidade. O concurso oferece a possibilidade de o jovem transitar por toda a Esplanada dos Ministérios e órgãos, não dependendo de onde for alocado. Se isso é um atrativo, então é bom para o Estado”, contou.

Debate raso

Regina Camargos rebate o argumento de que os concursos tornam o Estado inchado. Segundo ela, esse debate é raso e propõe uma abordagem mais complexa. Ela afirma a importância de avaliar se há servidores suficientes e se estão atendendo efetivamente às necessidades da população. A questão é colocada não apenas em termos quantitativos, mas sim na eficácia da atuação dos servidores. “É rasteiro esse dizer que o Estado está inchado. Vai no interior do Amazonas e pergunta para a população se o Estado está inchado. A pessoa vai te responder: ‘O que é Estado? O que é política pública?’”, apontou.

As inscrições para o CPNU terminam em 9 de fevereiro, sem prorrogação. “Pule o carnaval, mas com a inscrição do concurso feita. Não se esqueçam!”, recomendou Camargos.

Arquivo Nacional e Dataprev firmam parceria para digitalização de acervo histórico



Parceria

O Arquivo Nacional (AN) e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev) assinaram, nesta quarta-feira (24/1), um Acordo de Cooperação Técnica para promover ações relacionadas à preservação digital de documentos sob a guarda da instituição. Por meio do contrato, está prevista a implementação de um modelo de digitalização sustentável e estruturada do acervo, bem como a preparação da estrutura tecnológica do Arquivo Nacional para ampliar sua capacidade de disponibilizar documentos digitais para a sociedade.

O acordo é uma resposta direta a uma demanda apresentada pela ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, no início de 2023: a reconstrução do Arquivo Nacional. Até o momento, nunca houve um plano estruturado de digitalização do expressivo acervo da entidade, que conta atualmente com 1086 fundos documentais, com aproximadamente 48 mil metros lineares de documentos textuais, mais de dois milhões de itens iconográficos e 40 mil itens audiovisuais, entre outros formatos.

"Esse acordo lida com limites que estão desafiando o Arquivo Nacional há bastante tempo e que poderiam colocar em risco a sua legitimidade institucional nas próximas décadas. Se não agíssemos agora, poderíamos não conseguir cumprir a promessa de interromper um processo de desmonte e destruição do Arquivo Nacional", afirmou a diretora-geral do AN, Ana Flávia Magalhães Pinto, durante a cerimônia.

Ela destacou a localização de ambas as instituições dentro do MGI, ministério que tem a responsabilidade de promover inovação em serviços públicos e, assim, apresentar soluções para problemas antigos.

"É muito bom que possamos contar com a Dataprev, com toda a sua *expertise* e ousadia para avançarmos numa das missões fundamentais do Arquivo, que é garantir o acesso à informação e à memória para o conjunto da sociedade brasileira", disse.

O presidente da Dataprev, Rodrigo Assumpção, afirmou estar "extremamente feliz e orgulhoso" pela assinatura do acordo, e destacou a oportunidade de as duas instituições aprenderem juntas ao longo da cooperação.

"Nós entendemos muito de tecnologia, mas ainda precisamos compreender sobre o próprio processo delicado e cuidadoso de digitalização de uma cena histórica. Saibam que vocês contam com toda a nossa sensibilidade e com a disposição para aprender. Esse é um compromisso da empresa, mas contamos com vocês para que nos mantenham na direção correta. Vamos construir esse caminhos juntos", disse.



Rodrigo Assumpção, presidente da Dataprev, e Ana Flávia Magalhães Pinto, diretora-geral do Arquivo Nacional

Piloto

O projeto inédito será iniciado por meio de uma ação piloto, prevista para ser executada em um prazo de 90 dias. Essa ação inclui a digitalização e disponibilização de documentos nos diferentes formatos hoje presentes no acervo do Arquivo, incluindo textuais, audiovisuais e iconográficos. A seleção dos acervos priorizados no projeto piloto será feita com base, entre outros fatores, na demanda dos usuários e no estado de conservação dos originais que estejam prontos para a imediata digitalização.

Um dos conjuntos que deverá ser digitalizado nesta primeira fase é o acervo com documentos relativos ao engenheiro André Rebouças, articulador da abolição da escravidão no Brasil. São documentos textuais, produzidos entre 1885 e 1892, que incluem cartas, anotações, recortes e impressos sobre a campanha abolicionista, projetos de lei e pareceres referentes a obras públicas.

"Esse processo de digitalização está sendo construído a partir de critérios definidos internamente ao Arquivo Nacional, observando até mesmo as demandas de usuárias e usuários. Nesse sentido, é uma ação de acesso e difusão que faz com que o alcance do Arquivo Nacional se amplie e abra mais possibilidades de democratização do seu acervo", explicou a diretora-geral.

De acordo com o presidente da Dataprev, a empresa pública está oferecendo a capacidade de montar um processo de digitalização ao desenvolver metodologia, cabedal de equipamentos e equipe estruturada para a realização dessas ações. Ao ser implementado, a ação piloto trará dados, números, velocidades, custos e demandas que possibilitarão uma discussão entre os órgãos para que o projeto seja refinado a ponto de virar um modelo de negócios.

"Vamos estruturar o processo de digitalização com o objetivo de conhecer todos os indicadores necessários para montar a compreensão global da tarefa em relação ao Arquivo Nacional durante 90 dias, e assim criar também um modelo de negócio para outros órgãos carentes de processo de digitalização", afirmou Assumpção.

Durante a execução do projeto piloto, serão dimensionadas todas as necessidades para sua implantação. "Vamos montar um modelo de negócios, mas além disso, esse trabalho vai permitir que o governo tenha a dimensão dos custos e prazos necessários para resolver o problema de uma vez", explicou o presidente.

A previsão é de que os trabalhos sejam iniciados já na próxima semana. Os técnicos de ambas as instituições farão uma reunião de planejamento das atividades para definição dos serviços prioritários, prazos e outras necessidades, como métodos, ferramentas e mapeamento do pessoal e da infraestrutura tecnológica adequada à gestão dos arquivos públicos.

Cooperação

O acordo visa viabilizar a operacionalização da Política Nacional de Arquivos por meio da digitalização sustentável e estruturada, bem como a guarda permanente do acervo arquivístico e sua materialização por meio da disponibilização para consulta. Será desenvolvido um modelo de operação que garanta escala, sustentabilidade e disponibilidade de serviços à sociedade, com uso de ferramentas especializadas de tecnologia da informação.

A cooperação também é uma ação estratégica para a atualização do papel do AN como órgão central do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (Siga), da administração pública federal, na medida em que se almeja um processo de requalificação que promova benefícios não só para a área de Processamento Técnico, Preservação e Acesso ao Acervo, mas também para outros setores da instituição, como a gestão de documentos.

"Isso é algo que é muito caro ao próprio governo, a recuperação das capacidades estatais. Se a Dataprev tem uma história de fragilização nos últimos anos, assim como o Arquivo, neste momento estamos unidos em uma oportunidade de demonstrarmos que essa recuperação da capacidade estatal com excelência é possível", concluiu Ana Flávia.

Também participaram da agenda, pelo Arquivo Nacional: a diretora de Gestão Interna, Gecilda Esteves; o superintendente Regional no Distrito Federal, Henrique Piccolo; o coordenador de Articulação Institucional, Fabio Costa; o especialista em políticas públicas e gestão governamental Kaiser Freiras; e o assistente Hamilton de Brito.

Pela Dataprev, estiveram presentes: a superintendente Jurídica e de Compliance, Isabel dos Santos; o superintendente de Relacionamento Comercial e de Mercados, Saulo Milhomem; o gerente executivo do Departamento de Relacionamento Comercial, Pedro Neto Oliveira; e os analistas Gilmar Queiroz e João Lopes.



Acordo inédito entre as duas instituições que hoje compõem o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

A inovação aberta como ferramenta de transformação do Direito

“A seta do tempo é para frente, ela não anda para trás. Na equação presente, passado e futuro, é o futuro que determina o avanço, do conhecimento, da abertura, da dúvida permanente da condição humana...” [1].

Levo essas palavras de Gilberto Gil, ditas em uma entrevista de 2019 e postadas no Twitter do cantor, como mantra. Que me traz otimismo em um mundo que muitas vezes só vislumbra futuros distópicos, com certa consciência, visto todas as complexidades que novamente presenciamos, de guerras de impactos globais à crises ambientais e outras humanas.



Refletir e se movimentar na mudança do futuro — e este altera-se no presente — é desafio geracional, de construção e reconstrução de ambientes mais saudáveis. A frase de Gil poderia tranquilamente ter sido dita por cientistas como Ada Lovelace (a primeira programadora da história), Neil deGrasse (renomado divulgador científico), Calestous Juma (um dos grandes cientistas contemporâneos dos estudos sobre políticas de tecnologia e inovação), Clayton Christensen (o autor do conceito de inovação disruptiva) e Henry Chesbrough, com quem logo iremos dialogar.

E esse movimento de transformações não tem de ser diferente no Direito. Nossa ciência secular sofre de identidade e encontra-se perdida frente ao ambiente desafiador, que é de se projetar para o futuro. Fomos — pelo menos contemporaneamente — ensinados que o Direito exerce um sistema de normas que regem — naquilo que em sua teoria pura *Hans Kelsen* define como conjunto de regras — estruturas, e estas têm o dever de regular comportamento humano.

Com todo o respeito a *Kelsen* e suas importantes contribuições, como definir essas regras, em realidades que se alteram em velocidades, até então recentes, nunca imaginadas? Como aplicar sua teoria pura a este mundo, e ao futuro de cada vez mais difícil dimensionamento.

Se fôssemos questionar há dois, três anos, a esmagadora parte dos cientistas que estudam riscos e projetam futuros não teriam ideia da revolução que estaríamos vivendo em relação, por exemplo, à inteligência artificial. E nem todas as alterações de interfaces que essa tecnologia geraria, seja em mercados contemporâneos, tais como das plataformas digitais, seja nos tradicionais, como o mercado financeiro. Poucos, ou talvez nenhum, projetariam avanços, de tão simples e rápidos usos, como o que percebemos na inteligência artificial generativa, do *Bard*, da *Google*, ou do *Chatgpt*, da *OpenAI*.

Por isso, parece-me que existem acertos e merece uma releitura sobre a parte da celebrada, mas também “criticada”, filosofia jurídica de *Roscoe Pound*. Pelo menos quanto a essas acepções que dizem que o Direito age nas relações sociais, e é instrumento da engenharia social, atuando no equilíbrio dos interesses sociais, e promovendo — ou que tem como função — promoção de bem-estar social.

Sua visão, por mais que seja focada nas tradições de direito comum e tenha fortes características idealistas, em especial até a mudança ideológica em que passou a criticar o realismo legal, e que foi objeto de críticas por gabaritados em amplo espectro, como John Rawls, H.L.A Hart e Richard Posner [2], serve-nos para construir aspectos filosóficos sobre as questões que se ora estão no presente, se projetam aos resultados futuros. Pois há, nela, o desafio à ideia de que leis, normas e regras são sistemas fechados e lógicos [3].

Vamos usar como exemplo as tecnologias oriundas da inteligência artificial. Não há como regular, com perda de potencial mercado — visto que a regulação não tem como ser global — e fortíssimos riscos de frear a inovação, se observarmos apenas os modelos e as tradições das normas, já estruturadas e estruturantes do nosso ordenamento jurídico. Contudo, não há como não a regular, visto que isto poderá gerar ainda mais riscos, desde violações de privacidade, de relações de violações de segurança e vulnerabilidade, mas também nas — e em especial — questões atreladas aos vieses, e aos riscos das decisões automatizadas preconceituosas ou injustas. Qual é a solução para essa encruzilhada?

Aquele que a tiver, e a acertar, será dos juristas mais importantes deste século. Não há como dar certeza, como em quase em nada neste século — salvo nas relações lógicas que as aplicações de inteligência artificial realizam -, mas cabem projeções e caminhos. Silvio Meira, renomado cientista da computação, e um dos fundadores do Parque Porto Digital, um dos maiores parques tecnológicos do mundo, e, enfatiza-se um não jurista, sinaliza que esta regulação tem de ser inovadora, ponderada na ética e adaptabilidade às mudanças sociais e econômicas, ou seja, projetada ao futuro.

Muito mais do que alinhada a princípios e valores constitucionais, o que faria com que soluções do neoconstitucionalismo servissem a resolução do problema, o enfoque na eficácia e resultado, e a sua projeção de futuro, parece-nos um caminho interessante.

Colho dos ensinamentos de Silvio Meira, e os alinho com os de Gilberto Gil e de *Roscoe Pound* em sua jurisprudência sociológica. O Direito, não só no seu caráter instrumentatário de suporte à regulação, mas em toda a sua atuação múltipla, precisa se projetar para o futuro, com foco em eficácia, mas conectado à visão de “seta a promoção do bem-estar”. Com transparência e compreensão de que tudo é influenciado e influência.

Podemos construir esses avanços no modo de ver o Direito, a partir das experiências das outras áreas, alcançando ensinamentos que façam com que consigamos construir essas novas relações. De forma efetivamente multidisciplinar, o que historicamente não é simples dentro do nosso campo científico.

O Direito, e esta era uma das críticas feitas inicialmente a *Pound*, absorve muito das Ciências Humanas, como da Sociologia, e da Filosofia, mas pouco faz com outras ciências aplicadas. Para promovermos o bem-estar científico, precisaremos destas em conjunto e diálogo com as primeiras. Há forte avanço na correlação entre Economia e Direito por quem trabalha com a análise econômica do Direito, também com a Estatística, com os avanços de estudos de jurimetria — em especial em *lawtechs* e *legaltechs* que aplicam tecnologias de inteligência artificial —, mas ainda há muito para correlacionar, como por exemplo no distanciamento dos conhecimentos da administração e do empreendedorismo. O Direito, pelo menos no cenário brasileiro, ainda busca essas fontes com um olhar normativo e reativo, de controle, e com baixo uso de ferramentas.

Observe por exemplo a realidade do Porto Digital, cofundado por Silvio Meira. O premiado parque é um projeto que, inaugurado no início dos anos 2000, conecta empresas de tecnologia, informação e comunicação, com inovação e economia criativa. E contínuas trocas entre universidades, empresas e governo. Ou seja, há nele, e em uma série de outros parques tecnológicos e institutos, como o TecnoPUC, Instituto Caldeira, Associação Cubo, Instituto de Tecnologia e Software, dentre outros, um conjunto de técnicas aplicadas de conceitos da administração, a da inovação aberta e colaborativa, na construção de ecossistema.

Ecossistema este, que está intimamente relacionado à inovação aberta. Conceitualmente, inovação aberta é termo criado pelo professor da Universidade da Califórnia Henry Chesbrough, que ludicamente coloquei ao lado de Gilberto Gil no início do texto e que, no ano passado, viu sua ideia aplicada mais conhecida completar 20 anos, após ser introduzido no livro *Open Innovation: The new imperative for creating and profiting from Technology* [4]. Resumidamente, a concepção traz uma nova abordagem para a inovação, em que agentes utilizam as ideias internas e externas para elaborarem caminhos ao mercado, como partes dos processos e das estratégias de inovação.

Existem neles pontos bem interessantes, que podem nos auxiliar a remodelar o Direito e, em especial, a prática jurídica. A inovação aberta pensa além das fronteiras e de modo multidisciplinar. Se inicialmente refletido para o caráter empresarial, podemos inovar e estruturar este modelo colaborativo a campos diversos do saber. Não é sobressair prática à ciência, mas colaborar, de forma complementar. Ou seja, há caráter cocriativo, em que múltiplos agentes praticam formas, em modelos de parcerias.

E isso, conseqüentemente, acelera processos. Se voltarmos ao nosso exemplo, da regulação da aplicação de inteligência artificial, podemos encontrar caminhos com potencialidades de mais acertos, atuando deste modo, cocriativo e colaborativo. Ao invés de resguardamos em isolamentos internos de saberes científicos únicos e exclusivamente jurídicos, mesmo que vinculados a análises principiológicas — o que tão pouco existe, sendo apenas uma ficção, a partir da escola de pensamento do realismo jurídico — nunca poderemos chegar às soluções na geração de avanços inovadores, que, segundo a função do direito de Pound, geram bem-estar.

Há a partir da ótica da inovação aberta, um fluxo bidirecional do conhecimento, na qual ideias e tecnologias relacionam-se a aquilo construído internamente, mas também em toda a relação externa, sejam empresas, institutos de pesquisa, universidades, advogados, estudantes, ou mesmo no próprio ambiente de ensino.

Foram estas motivações que fizeram a Ordem dos Advogados do Brasil, da Subseção do Rio Grande do Sul, a criar um Grupo de Trabalho e de Pesquisa voltado à Inovação Aberta no Direito. Muito mais que dialogar sobre operações legais (ou seu nome usual em inglês de *legal operations*) e sobre acesso a dados de sistemas de justiça (ou também em seu nome em inglês de *open justice*) trazer o debate da inovação aberta, e de outros oriundos da administração, conecta agentes, de modo colaborativo, de forma adaptativa, e colaborativa [5].

O conceito, que é uma realidade de aplicação no ambiente empresarial, desafia modelos tradicionais das definições, como de propriedade intelectual, ponto este que é um dos desafios também da regulação da inteligência artificial. Trazer a pesquisa e o estudar dentro da ótica do Direito faz com que possamos pensar em modelos inovadores, que tragam justas recompensas àqueles que inovam, mas que também consigam proteger direitos e garantir bem-estar. Em um desenvolvimento tecnológico responsável, de criação de ecossistemas de inovação sustentável.

Motivação que vem das frases iniciais deste texto, de Gilberto Gil, segundo as quais devemos estar e sentir o presente, absorvidos nos aprendizados do passado, mas sem projetar os riscos, desafios e os ganhos do futuro. Ou seja, cientificamente sendo realistas, distantes das utopias e das distopias.

[1] A entrevista em que vi Gilberto Gil pronunciar essa frase ocorreu no Projeto Cria, em 27/8/2019, na qual o jornalista Leonardo Lichote faz uma conversa franca com Gil, no palco, em modo de espetáculo, na Casa Camolese, no Rio de Janeiro. Há uma postagem em seu X (antigo twitter) que trás texto aproximado twitter.com/gilbertogil/status/1068531395000193025

[2] *Richard Posner* foi um dos críticos teóricos de *Pound*, mas que colheu muito dos seus ensinamentos na construção científica do seu saber. *Posner* trazia uma abordagem mais pragmática e econômica do Direito. De igual forma *H.L.A Hart*, ao tempo que trazia uma compreensão bem realista de como o Direito atua na prática, era um crítico dos posicionamentos de *Posner*.

[3] Há um momento de mudança significativa da forma em que *Roscoe Pound* vê o direito, que é quando passa a ser crítico do movimento *New Deal*, e do próprio realismo legal americano, que auxiliou a fundação. Isso faz com que passe a defender políticas conservadoras como as do presidente Herbert Hoover, e a prestar apoio inicial às posições do então chanceler *Adolf Hitler*. A mancha na sua trajetória o faz ser um jurista pouco estudado e aceito, em especial no contexto brasileiro. Nós delimitamos seu conhecimento até este momento histórico.

[4] Em “Novas fronteiras em inovação aberta” *Henry Chesbrough*, em conjunto de *Wim Vanhaverbeke* e *Joe West*, retomam os conceitos trazidos no livro de 2003, em especial relacionado a gestão e a organização da inovação aberta. Por ser um livro de 2017, há acertos e erros em prognósticos, como a distância da visão que tinham da amplificação de inteligência artificial, e o que resultou. Contudo, são exceções aqueles que a acertaram.

[5] Até a presente data existem poucos estudos no Brasil que correlacionam a inovação aberta e o Direito. Interessante texto é de Flavia Bianchini Mesquita Gabrichi, e de Frederico de Andrade Gabrichi, intitulado *Inovação Aberta no Direito*, disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8d5e957f29789348>

Como a gestão pública pode inovar?

Governo Digital

Quando falamos de gestão pública, qual a imagem que vem à sua mente?

Não distante, o imaginário dos cidadãos sobre a administração pública é dominado por burocracias e entraves, longas pilhas de papel e lentidão nos processos.

No Google, as dúvidas dos munícipes são geralmente associadas a aspectos negativos do setor:

“O que precisa mudar no funcionalismo público brasileiro?”

“Por que o serviço público brasileiro é tão ineficiente?”

“O que há de errado com a burocracia brasileira?”

A burocracia muitas vezes se torna um entrave, prejudicando o relacionamento entre a administração e os cidadãos. Sendo assim, um dos principais motivos da insatisfação entre sociedade e gestores públicos.

Neste artigo, exploramos como a gestão pública pode inovar, superando obstáculos e proporcionando benefícios significativos para a comunidade.

Burocracia: o entrave para novas práticas

A burocracia é uma realidade comum à gestão pública, caracterizada por processos demorados, excesso de papelada e rigidez estrutural. E essa abordagem tradicional pode resultar em uma desconexão entre os órgãos governamentais e a população que servem.

Cidadãos frequentemente enfrentam dificuldades para acessar serviços públicos, tornando o sistema menos eficiente e menos responsivo às necessidades da comunidade.

A burocracia também pode contribuir para a falta de transparência e prestação de contas. Os processos opacos podem gerar desconfiança entre os cidadãos e a administração, minando a legitimidade das instituições públicas.

Diante desse cenário desafiador, promover mudanças que gerem inovação para gestão pública a médio e longo prazo é fundamental para construção de cidades inteligentes.

O que é inovação na gestão pública?

Inovação na gestão pública refere-se à adoção de práticas, tecnologias e abordagens modernas para superar obstáculos e melhorar o desempenho do setor público. Não se trata apenas da implementação de novas tecnologias, mas de uma transformação cultural que busca eficiência, transparência e participação ativa dos cidadãos.

A inovação na gestão pública envolve a reavaliação e redesenho de processos, incorporando métodos mais ágeis e flexíveis. Além disso, a adoção de tecnologias digitais pode simplificar procedimentos, reduzir custos e agilizar a prestação de serviços públicos.

Ou seja, mais do que promover a adoção de tecnologias ou ideias inovadoras, a inovação na gestão pública é pauta por planejamentos a longo prazo que melhoram o funcionamento das cidades e que podem ser replicados sistematicamente.

Como a gestão pública pode inovar?



Processos digitais

A transição de processos analógicos para digitais é um passo fundamental. A automação de tarefas rotineiras libera recursos humanos para atividades mais estratégicas e melhora a eficiência operacional.

Além disso, os processos digitais permitem a otimização dos serviços prestados, reduzindo o tempo de espera e agilizando as operações.

[Neste artigo](#), explicamos como os processos digitais já são uma realidade nos municípios clientes da IPM e citamos 9 benefícios da adoção do mesmo.

Incentivo à inovação

Mais do que investir em tecnologia para inovar, é preciso mudar toda uma cultura que muitas vezes estimula o “sempre foi assim”.

Em outras situações, a sobrecarga de servidores públicos faz com que novas práticas inovadoras sejam mal-recebidas pelo receio de mais acúmulo desproporcional.

Por isso, investir na formação contínua de servidores públicos é essencial. Capacitações em novas tecnologias e métodos de gestão modernos capacitam a equipe a enfrentar os desafios contemporâneos.

Parcerias público-privadas

Colaborações entre o setor público e privado podem trazer expertise, inovação e eficiência. Parcerias estratégicas podem ser especialmente úteis na aplicação de tecnologias de ponta na área.

Isso pode levar a soluções inovadoras que não seriam possíveis apenas com os recursos ou a expertise de um único setor. Por exemplo, uma parceria dessas pode ser utilizada para que a gestão pública utilize sistemas de gestão integrado com alta disponibilidade com migração em menor impacto.

Dessa forma, a administração pública não precisa recorrer a soluções inferiores ou desenvolver tecnologia própria, o que demandaria tempo e inúmeros servidores. [Neste vídeo curto](#), nós explicamos porque as parcerias público-privadas em SaaS são ótimas respostas para a gestão pública interessada em soluções de ponta.

Monitoramento constante

Estabelecer indicadores e realizar a avaliação regular pode servir para identificar oportunidades de inovação na gestão pública.

Isso porque o monitoramento possibilita à administração pública a identificação de áreas nas quais os resultados não estão sendo alcançados ou onde há oportunidades de aprimoramento. Além disso, também garante que as iniciativas estejam tendo o efeito desejado e permite que as decisões sejam tomadas de forma informada e eficaz.



Conheça a história de transformação digital do município de Pinhalzinho (SC).

Benefícios da inovação na administração pública

A inovação na gestão pública traz diversos benefícios para a sociedade, os principais destaques são:

Eficiência operacional

A inovação pode ajudar a gestão pública a ser mais eficiente, utilizando melhor os recursos disponíveis. Isso pode levar a uma redução de custos, sem comprometer a qualidade dos serviços públicos.

Serviços públicos de qualidade

Incentiva a melhora da qualidade dos serviços públicos, tornando-os mais acessíveis, eficientes e eficazes. Isso pode levar a uma maior satisfação dos cidadãos com os serviços públicos.

Maior transparência

Torna mais fácil para os cidadãos acompanharem as atividades do governo, aumentando a confiança dos cidadãos nas gestões.

Participação cidadã

A inovação torna mais fácil para os cidadãos se envolverem no processo decisório. E a administração só tem a ganhar, afinal a participação cidadã é fundamental para o aumento da legitimidade do governo.

Exemplos de investimento em inovação na gestão pública

Apucarana e a modernização do sistema de gestão



Técnicos de Apucarana incentivaram a jornada de inovação na gestão pública.

Em Apucarana (PR), a vida de quase 136 mil habitantes tem sido impactada pelo investimento em inovação que a prefeitura decidiu impulsionar.

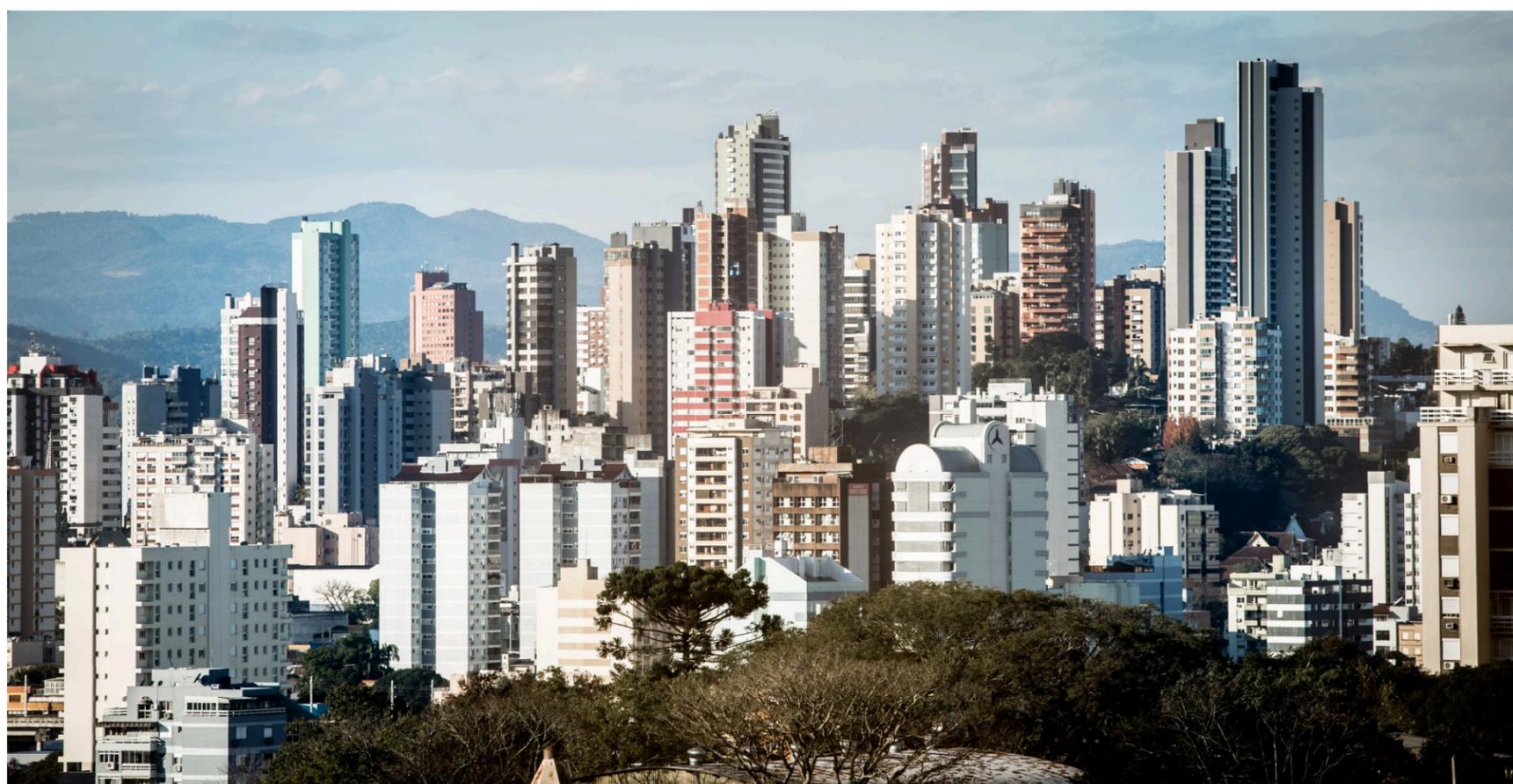
Desde a implantação do sistema de gestão pública da IPM, o [Atende.Net](#), em setembro de 2021, todos os procedimentos de contabilidade, pagamentos, arrecadação, fiscalização, pessoal, compras, licitações, procuradoria, vigilância em saúde, entre outros, acontecem pela internet – sem uso de papel e com economia de recursos.

São 61 serviços digitais aos cidadãos e 3.102.635 acessos em apenas dois anos.

Segundo André Gustavo Burin, Superintendente de Tecnologia da Informação do município, a prefeitura segue aberta para receber o cidadão, mas agora ele tem a vantagem de poder escolher entre ser atendido online ou se deslocar fisicamente.

Com **autoatendimento 24h pela Internet, pelo site ou aplicativo**, é possível solicitar alvará de construção, emissão de guias ISS, emissão de guias de IPTU, autenticidade de boletos, consulta de protocolos, emissão de notas fiscais, entre outros.

Aumento da arrecadação em Novo Hamburgo



Novo Hamburgo no aumento da arrecadação municipal por meio de Governo Digital.

Novo Hamburgo (RS) é um município referência em inovação na gestão pública. Um longo planejamento com várias ações tem sido executado e impulsionado a transformação na cidade.

Em maio de 2022, a Prefeitura de Novo Hamburgo promoveu a integração do seu sistema de gestão pública, o [Atende.Net](#) da IPM Sistemas, à plataforma Tudo Fácil Empresas.

Assim, Novo Hamburgo virou um exemplo no estado ao permitir a **abertura de uma empresa de forma fácil, 100% digital e sem custos**.

O sistema analisa viabilidade do endereço, liberação de licenças (ambiental, sanitária e análise de bombeiros) e conclui na criação do CNPJ junto à Receita Federal e cadastro mobiliário fiscal junto ao município, permitindo a rápida abertura de empresas e incentivando o empreendedorismo.

Em 2023, a cidade inovou mais uma vez e adotou mais uma estratégia para fortalecer o ecossistema de facilidades para o cidadão.

Desde outubro, o Banco do Brasil apoiou a inclusão do **Pix Híbrido** como forma de pagamento dos tributos municipais no município.

Essa modalidade de pix permite que o contribuinte realize o pagamento dos débitos de forma fácil, dessa forma o valor entre no mesmo instante para o município, que realiza a baixa do débito do contribuinte de forma automática, liberando a Certidão Negativa de Débitos (CND).

Assim, Novo Hamburgo não precisa mais aguardar 1 ou 2 dias para receber a arrecadação municipal, como ocorre na modalidade boleto.

*No ar desde outubro, a solução já trouxe **quase 4 milhões** aos cofres públicos.*

Governo Digital em Timbó



Prefeito de Timbó no Prêmio Band Cidades Excelentes 2023. Foto de Andressa Anholete/Band.

Desde 2016, o município de Timbó (SC) vem promovendo uma série de ações para transformar a cidade referência em Governo Digital. A modernização iniciou com a adoção do [Atende.Net](#) da IPM e vem trazendo inúmeros resultados.

Atualmente, **18 entes municipais utilizam a mesma tecnologia integrada** para gestão da prefeitura e de todos os processos digitais. Dessa forma, o município tem uma visão 360° dos indicadores e do que precisa ser melhorado.

Além disso, todos os processos correm sem o uso de papel e tem a jornada facilitada pelo workflow da IPM, o que gera eficiência, agilidade e transparência na gestão.

*Todas essas facilidades permitiram que Timbó aumentasse sua **arrecadação em 189% nos últimos 2 anos** e que reduzisse gastos com pessoal tramitando **mais de 50 mil processos digitais em 2023**.*

E os cidadãos usufruem dos benefícios de contar com **509 autoatendimentos digitais**, um número impressionante na gestão pública catarinense.

Com isso, a gestão timboense vem sendo reconhecida publicamente pelos seus investimentos em governo digital. Em 2023, a cidade conquistou pelo terceiro ano consecutivo o **1º lugar no Prêmio Geral – IGMA Prêmio Band Cidades Excelentes**, reforçando o título de **melhor cidade do Brasil**.

O título soma-se aos prêmios de **Prefeito Inovador** (Congresso Catarinense de Cidades Digitais e Inteligentes 2023), **1º lugar estadual no Índice de Governança Municipal (IGM)** e a **Nota Ouro no Radar Nacional da Transparência**.

Conclusão

Inovar na gestão pública municipal é uma jornada necessária para enfrentar os desafios contemporâneos e construir um futuro mais eficiente e participativo.

Ao superar a burocracia, os gestores públicos abrem caminho para uma administração mais transparente, ágil e alinhada às necessidades da comunidade.

A transformação digital não é apenas medida tecnológica, mas representa uma mudança cultural na forma como a gestão pública encara seus processos e interage com os cidadãos.

Os benefícios da inovação na gestão pública são vastos e impactam positivamente tanto os servidores quanto os cidadãos. Ao abraçar a inovação, os gestores públicos não apenas superam os desafios burocráticos, mas também moldam um futuro mais promissor para suas cidades.

A inovação na gestão pública municipal não é apenas uma opção, mas uma necessidade imperativa. Ao fazer, gestores estão construindo um legado que vai além dos limites do presente, moldando o futuro da gestão pública.

Se você quer conhecer mais sobre a nossa tecnologia, [entre em contato com nosso time de especialistas e agende uma demonstração](#).

>> **Vídeo: Como funciona o sistema em nuvem?**

Leia também:

>> [IPM lança Inteligência Artificial para guiar ações de governo](#)

>> [Gestão preditiva facilita planejamento urbano e reduz filas de espera](#)

>> [Inteligência Artificial Dara ajuda a combater a evasão escolar](#)

>> [Governo Digital: o que é e sua importância na gestão pública](#)

>> [Entenda a diferença entre Data Science, Machine Learning, Assistente Virtual, Chatbot e Inteligência Artificial](#)

Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho carioca lança atendimento via WhatsApp



Foto: IStock/CNJ

A população fluminense tem, a partir de agora, mais uma forma para entrar em contato com a Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ): o WhatsApp. A novidade visa trazer agilidade e praticidade aos cidadãos e cidadãs que desejam registrar uma manifestação junto à Ouvidoria, incluindo os que trabalham no TRT-1. Basta salvar o número (21) 98489-1787 e enviar a mensagem.

Pelo WhatsApp, a manifestação (que pode ser uma solicitação, reclamação, denúncia, sugestão, elogio ou pedido de informação) deve ser feita por escrito, ou seja, não pode ser em forma de envio de áudio ou vídeo. A mensagem pode ser encaminhada a qualquer momento do dia, mas será cadastrada no sistema para tratamento, por parte da equipe da Ouvidoria, apenas durante o horário de expediente (de segunda a sexta, das 8h às 16h30). Após o registro da manifestação, as mensagens no WhatsApp serão apagadas, conforme as normas da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

O desembargador ouvidor do TRT-1, Carlos Henrique Chernicharo, destaca que a inovação reforça o constante interesse da Ouvidoria em sempre melhorar o atendimento ao público. “O WhatsApp é hoje uma das formas mais rápidas e eficazes de se estabelecer comunicação. Como a Ouvidoria é a porta de entrada da instituição, temos que fazer o que for possível para tornar o contato com o tribunal mais acessível, transparente e claro”, disse o magistrado.

O desembargador Chernicharo também ressaltou que a disponibilização de um número de WhatsApp atende ao artigo 7º da [Resolução 432/2021 do Conselho Nacional de Justiça \(CNJ\)](#), que dispõe que os tribunais deverão instituir uma diversidade de canais de atendimento. “Quanto mais formas de comunicação populares disponíveis, mais fácil será o contato do cidadão com o TRT-1; e o WhatsApp é uma forma massiva de comunicação que todo mundo conhece”, afirmou o magistrado, que destacou também que a Ouvidoria está disponível tanto ao público externo quanto ao público interno do tribunal.

Outras formas de contato com a Ouvidoria

[Manifestação de Ouvidoria](#)

Por telefone: (21) 2380-6848 | (21) 2380-6847 | (21) 2380-6195, das 9h às 16h

Por e-mail: ouvidoria@trt1.jus.br

Pessoalmente: Ouvidoria – Av. Presidente Antônio Carlos, 251, Térreo, das 9h às 16h

Por carta: Ouvidoria – Av. Presidente Antônio Carlos, 251, Centro, Rio de Janeiro – CEP: 20.020-010

[Balcão Virtual](#) – O atendimento será restrito aos dias e horários de atendimento ao público, das 9h às 16h, utilizando o aplicativo Zoom.

Fonte: [TRTI](#)

MACRODESAFIO

**FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO
INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO
COM A SOCIEDADE**

Muitas abas no Google Chrome? IA nativa do navegador promete organizar sites abertos

A vida será mais fácil para quem acumula abas abertas no Chrome.



Nesta terça-feira, 23, o Google anunciou uma série de novas ferramentas com **inteligência artificial** (IA) para o navegador web Google Chrome. Agora mais inteligente, o Chrome terá opções para organizar as abas em grupos e gerar textos a partir de qualquer página na internet.

A empresa de Sundar Pichai já tem a própria IA generativa, **Bard**, que está integrada em serviços como Gmail, Docs, Maps e YouTube. O Google também tem o **Gemini**, uma IA de tecnologia multimodal que opera tanto em grandes infraestruturas de data centers quanto em dispositivos móveis.

Em breve, segundo post da companhia, o Gemini deve ser integrado ao Google Chrome. Em testes de conhecimento e solução de problemas abrangendo 57 áreas como matemática, física e história, a IA excedeu a performance humana, ultrapassando também o GPT-4 da OpenAI.

Os novos recursos de IA no Google Chrome ainda não estão disponíveis no Brasil. Eles serão lançados nos próximos dias nos EUA, no Mac e no Windows.

Novidades do Google Chrome

- **Organizador de guias:** a IA pode sugerir e agrupar links automaticamente na aba do Chrome. Caso esteja planejando uma viagem, por exemplo, será possível juntar toda a pesquisa em uma guia só.
- **Criador de temas de IA:** hoje, já é possível personalizar o tema do navegador Chrome. Mas agora, será possível gerar imagens inéditas por assunto, humor, estilo visual e cor.
- **Assistente de escrita:** será possível pedir uma ajuda ao Google Chrome quando não se sabe o que escrever. É só selecionar qualquer pedaço de texto no navegador e, no mesmo estilo do ChatGPT, digitar um comando para a IA do Google. Um rascunho irá aparecer.

FONTE:

<https://exame.com/inteligencia-artificial/com-novos-recursos-para-ia-google-chrome-fica-mais-inteligente/>

Igualdade de gênero: prazo para empresas enviarem relatórios salariais começa nesta segunda

Documento deverá ser enviado até 29 de fevereiro e tem como objetivo apurar diferenças salariais entre homens e mulheres nos mesmos cargos e funções



Empresas com mais de 100 empregados que não enviarem os relatórios serão multadas em até 3% da folha de salários do empregador

Acessibilidade

A partir desta segunda-feira (22), empresas com mais de 100 funcionários deverão preencher o Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios. Disponível na [área do empregador](#) do Portal Emprega Brasil, na página do Ministério do Trabalho e Emprego, o documento deverá ser enviado até 29 de fevereiro e tem como objetivo apurar diferenças salariais entre homens e mulheres nos mesmos cargos e funções. 

Iniciativa conjunta do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério das Mulheres, o relatório atende ao [Decreto nº 11.795/2023](#), que regulamenta a [Lei nº 14.611](#), assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em julho de 2023, que estabelece a [obrigatoriedade de igualdade salarial entre mulheres e homens](#).

- **Siga o canal da [Forbes](#) e de [Forbes Money](#) no WhatsApp e receba as principais notícias sobre negócios, carreira, tecnologia e estilo de vida**

Os relatórios semestrais de transparência terão informações adicionais sobre critérios de remuneração e ações de promoção e de contratação de mulheres nas empresas. Os dados sobre salários e ocupações de homens e de mulheres já são informados pelos empregadores no eSocial.

Entre março e setembro de cada ano, o Ministério do Trabalho e Emprego consolidará as informações e divulgará um relatório sobre desigualdades de gênero no ambiente de trabalho.

As informações dos relatórios preservarão o anonimato e devem estar de acordo com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). Caberá ao Ministério do Trabalho e Emprego manter uma ferramenta digital para o envio dos dados.

Inscreva-se para receber a nossa newsletter

Email*

Escolha qual newsletter você quer receber*

Forbes Daily (Notícias diárias)

Forbes Money (Mundo financeiro)

Estou de acordo em fornecer o meu e-mail*

Ao fornecer seu e-mail, você concorda com a [Política de Privacidade](#) da Forbes Brasil.

Punições

A empresa com mais de 100 empregados que não enviar os relatórios será multada em até 3% da folha de salários do empregador, limitados a 100 salários mínimos. Essa multa não anula outras sanções aplicadas aos casos de discriminação salarial, com multa máxima de R\$ 4 mil.

Em caso de discriminação por sexo, raça, etnia, origem ou idade, a lei prevê indenização por danos morais. Para fins de fiscalização e averiguação cadastral, o MTE pode pedir às empresas informações complementares àquelas que constam no relatório.

Planos de ação

Nos casos em que o relatório constatar desigualdade de salários, as empresas poderão regularizar a situação por meio de Planos de Ação para Mitigação da Desigualdade Salarial e de Critérios Remuneratórios entre mulheres e homens. A [Portaria 3.714](#), do Ministério do Trabalho, detalha as ações que devem estar contidas nos planos.

A nova legislação também prevê medidas de promoção da garantia da igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens. Entre as ações previstas estão a promoção e implementação de programas de diversidade e inclusão no ambiente de trabalho; a capacitação de gestores, lideranças e empregados sobre o tema; e a formação de mulheres para o ingresso, permanência e ascensão no mercado de trabalho em igualdade de condições com os homens.

26 bilhões de dados: veja se você está no maior vazamento da história

Pesquisadores de [segurança](#) descobriram o maior [vazamento](#) de dados já registrado até o momento. Eles apontaram uma base de dados com aproximadamente 26 bilhões de registros de dados vazados. A base, de 12 terabytes, foi encontrada numa instância de armazenamento aberto e é referida como a “mãe de todos os vazamentos” (MOAB, na sigla em inglês).

Para quem tem pressa:

- Pesquisadores de segurança descobriram o que é considerado o maior vazamento de dados da história, com cerca de 26 bilhões de registros em uma base de dados de 12 terabytes, apelidada de “Mãe de Todos os Vazamentos” (MOAB). Este vazamento maciço inclui informações de plataformas e serviços como X (antigo Twitter), Adobe, Canva, Dropbox, LinkedIn e Telegram;
- A equipe da Security Discovery e CyberNews, que encontrou a base, alerta para os riscos desses dados serem usados em ataques cibernéticos, roubo de identidade, esquemas de phishing e acessos não autorizados a contas pessoais e corporativas. Instituições brasileiras, como USP, SPTrans e Petrobras, também estão entre as afetadas;
- Grande parte dos dados vazados são compilações de vazamentos anteriores, com muitas informações duplicadas. No entanto, a presença de combinações de nomes de usuário e senhas continua sendo uma ameaça significativa à segurança dos usuários.
- Especialistas de segurança recomendam que as vítimas deste vazamento mudem suas senhas, estejam atentas a e-mails suspeitos e utilizem autenticação de dois fatores (onde der) para aumentar a segurança;
- Para verificar se seus dados pessoais foram comprometidos em vazamentos anteriores, usuários podem usar ferramentas gratuitas como o verificador de vazamentos do [CyberNews](#) e o serviço [Have I Been Pwned](#), inserindo seu endereço de e-mail ou número de telefone/celular.

A equipe de pesquisa, composta por membros da Security Discovery e [CyberNews](#), alertam que os dados podem ser usados para diversos tipos de ataque. Entre eles: roubo de identidade, esquemas de phishing, ataques cibernéticos direcionados e acesso não autorizado a contas pessoais e sensíveis.

Próximo

Ficar

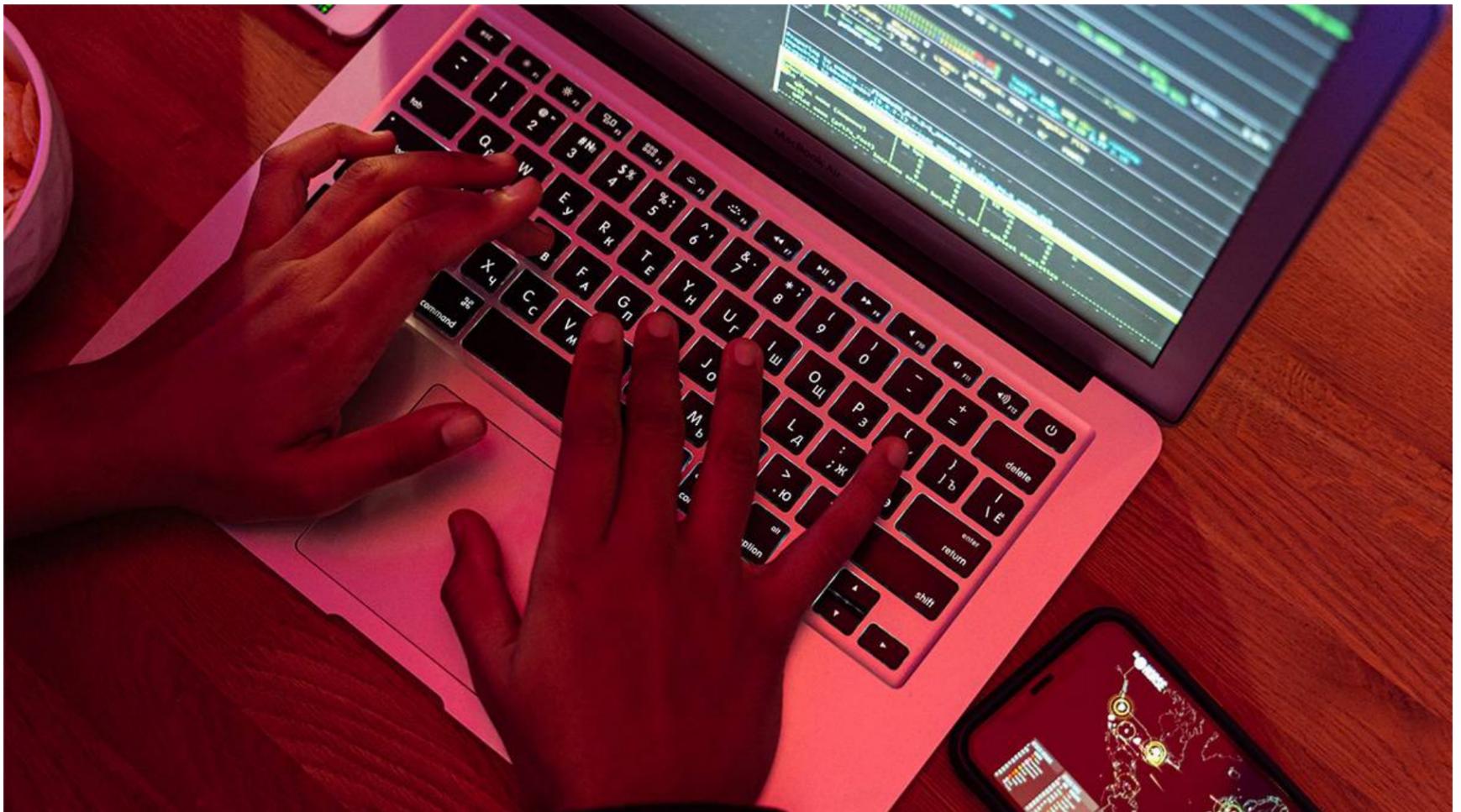


Close ✕

Leia mais:

No entanto, não entre em pânico. Se você manter uma boa higiene de credenciais, com senhas fortes e únicas (leia-se: não reutilizadas), bem como autenticação de dois fatores onde dá, você deve estar seguro. Se não, agora é um ótimo momento para começar.

Maior vazamento de dados da história



(Foto: Antoni Shkraba/Pexels)

A base de dados inclui registros de usuários de plataformas e serviços como X (antigo Twitter), Adobe, Canva, Dropbox, LinkedIn e Telegram, além de registros de várias organizações governamentais dos EUA e de outros países – entre eles, o Brasil (com quase 350 milhões de contas vazadas).

Entre as instituições brasileiras presentes neste vazamento de dados, estão: USP, SPTrans e Petrobras. Já entre empresas privadas, estão: CCA, Descomplica (vazamento em 2021) e Vakinha (vazamento em 2020). Na lista de maiores “alvos” de vazamentos, o Brasil ficou na 12ª posição. Os dados constam no CyberNews.

No entanto, a maioria desses dados não é nova, são compilações de vazamentos e violações de dados anteriores. Apesar de muitos registros serem duplicados, a presença de combinações de nomes de usuário e senhas ainda representa uma preocupação significativa.

Jake Moore, conselheiro global de cibersegurança da ESET, ouvido pela [Forbes](#), adverte que nunca se deve subestimar o que os criminosos cibernéticos podem fazer com essas informações e recomenda que as vítimas mudem suas senhas, fiquem atentas a e-mails de phishing e usem autenticação de dois fatores em todas as contas.

PUBLICIDADE

Embora os dados do vazamento ainda não tenham sido adicionados, os usuários podem verificar se seus endereços de e-mail foram comprometidos em vazamentos anteriores usando ferramentas gratuitas como o verificador de vazamentos do [CyberNews](#) e o serviço [Have I Been Pwned](#). Em ambos, basta você colocar seu e-mail ou número de telefone/celular (no formato internacional) – na ferramenta do CyberNews – para checar.

Inteligência Artificial Geral: o plano da Meta para ter uma “super IA”

Ao The Verge, Mark Zuckerberg, CEO da Meta, disse que a empresa trabalha numa IA geral, com capacidades superiores às de humanos.



No último ano, a Meta entrou na corrida das inteligências artificiais lançando seu principal modelo de linguagem ampla (LLM), o [Llama 2](#), e outras ferramentas de IA para geração de [vídeos](#), [imagens](#) e até [criação de músicas](#). Agora, a big tech das redes sociais quer se juntar à corrida por uma inteligência artificial geral (AGI), sistemas com capacidades de raciocínio superiores às de humanos.

O que você precisa saber:

- Em entrevista ao [The Verge](#), Mark Zuckerberg, CEO da Meta, revelou a intenção da empresa em concorrer com o Google e OpenAI na criação de uma IA geral. Além disso, o executivo disse que a big tech já trabalha no Llama 3, seu novo LLM.
- Ainda não há um prazo para a criação desse modelo, mas a empresa está realizando algumas mudanças para desenvolver essa tecnologia. Recentemente, o grupo de pesquisa de IA da Meta foi transferido para a equipe responsável por produtos de IA generativa da companhia.
- Segundo o CEO, o foco recente na AGI foi influenciado pelo lançamento do Llama 2 no ano passado, que ele avalia ter se demonstrado como uma ferramenta importante para construir IAs mais inteligentes.
- Atualmente a Meta está trabalhando no Llama 3, que assim como o Gemini, do Google, será focado em habilidades avançadas de raciocínio e planejamento, e terá recursos de geração de código.

O Llama 2 não era um modelo líder do setor, mas era o melhor modelo de código aberto. Com o Llama 3 e além, nossa ambição é construir coisas que estejam em estágios avançados e, eventualmente, sejam os modelos líderes do setor.

Mark Zuckerberg ao The Verge.

Zuckerberg também relatou que a empresa está investindo na infraestrutura necessária para treinar e executar grandes modelos de IA. Segundo o executivo, até o final de 2024, a Meta terá mais de 340.000 GPUs H100 da Nvidia, o principal chip utilizado no desenvolvimento de inteligência artificial generativa.

Uma pesquisa da Omdia Research mostra que Meta e Microsoft adquiriram cerca de 150 mil GPUS H100 em 2023. No levantamento, Google e Amazon vêm logo na sequência, tendo comprado em torno de 50 mil chips da Nvidia.

Ao The Verge, Zuckerberg disse que vê a IA generativa desempenhando um papel crítico nos produtos de hardware da Meta e lembrou que a empresa segue concentrada no metaverso e na Reality Labs — unidade de negócios e pesquisa voltada para realidade virtual e realidade aumentada.

Vale lembrar que os óculos Ray-Ban da Meta tiveram a adição de uma [assistente de IA no mês passado](#).

Chefe de IA da Meta fala sobre AGI durante Fórum Econômico Mundial

Durante o Fórum Econômico Mundial realizado nessa semana, o vice-presidente e chefe de IA da Meta, Yann LeCun, disse que vê um futuro onde os sistemas de IA serão “mais inteligente que os humanos em todas as áreas”, como destacou a agência de notícias Lusa:

Os humanos têm um tipo de inteligência muito especializado, somos bons em certas coisas e péssimos em outras. Não há dúvida de que as máquinas serão mais inteligentes que os humanos.

Yann LeCun, chefe de IA da Meta durante o Fórum Econômico Mundial.

No entanto, o executivo lembra que esses sistemas ainda estão longe de alcançar a inteligência humana. Para ele, quando esse futuro chegar, a ideia não é substituir os humanos, mas sim “*construir sistemas de IA que ajudem os humanos nas suas tarefas*”.

Existe a ideia de que num futuro não muito distante faremos todas as nossas interações num mundo digital moderado por um assistente de IA. Talvez não utilizemos um motor de busca, mas iremos perguntar a um assistente de IA por voz, escrita ou gestos.

Yann LeCun, chefe de IA da Meta durante o Fórum Econômico Mundial.

FONTE:

<https://olhardigital.com.br/2024/01/22/pro/inteligencia-artificial-geral-o-plano-da-meta-para-ter-uma-super-ia/>

Quadro dos sonhos: como construir um para a sua carreira

Um quadro de visualização reúne imagens e frases que expressam seus objetivos. Começar o ano visualizando o que você quer já é o primeiro passo para ter sucesso

F



Getty Images

Suas metas e desejos profissionais podem fazer parte do seu quadro dos sonhos geral, ou você pode criar um específico para a carreira

Um “**vision board**”, **quadro de visualização ou dos sonhos**, é uma colagem que você monta com imagens e frases inspiradoras que expressam seus objetivos e desejos.

Se você é mais analógico, pode criar o seu colando fotos de revistas antigas em uma folha de papel. Ou pode encontrar e editar templates online.

Qualquer que seja o método usado, selecionar as imagens e palavras para colocar no seu quadro dos sonhos te ajuda a definir e visualizar seus objetivos.

- Siga o canal da [Forbes](#) e de [Forbes Money](#) no WhatsApp e receba as principais notícias sobre negócios, carreira, tecnologia e estilo de vida

E colocá-lo em algum lugar onde você passa muito tempo (por exemplo, no escritório ou no quarto), também vai fazer com que seus desejos fiquem sempre em mente, servindo de incentivo e inspiração.

Leia também:

Veja três passos para construir o seu quadro de visualização da carreira e buscar atingir seus objetivos em 2024:



- **3. Use o quadro como uma ferramenta de gerenciamento de carreira**

Depois de criar seu quadro de visualização de carreira, coloque-o em um lugar de destaque para que ele sirva como um lembrete diário do que você deseja alcançar e como inspiração para continuar.

Também é importante revisá-lo periodicamente (a cada três meses, por exemplo) para entender se algo mudou nos seus interesses ou nas suas prioridades. Talvez você queira tirar ou acrescentar itens ao seu quadro. Ele também vai te guiar para gerenciar seu tempo de carreira com mais eficiência. Ao rever suas metas e aspirações, perceba o que está travado e onde você precisa de algum tipo de suporte.

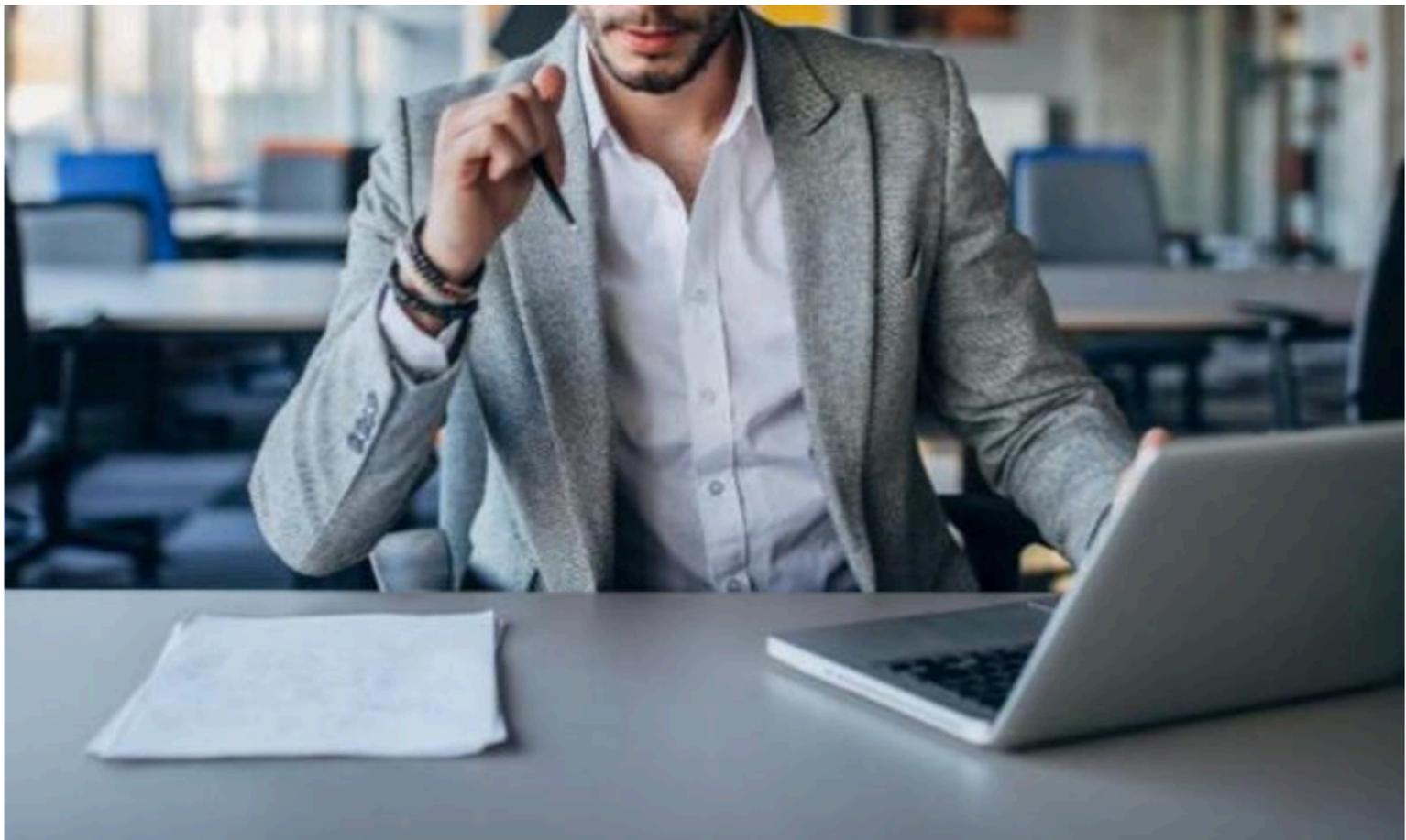


- **1. Use um quadro dos sonhos para focar na sua carreira, não apenas no seu trabalho**

As metas e desejos de carreira podem fazer parte do seu quadro de visualização geral, ou você pode criar um específico para as suas aspirações profissionais.

A vantagem de ter um quadro de visualização para a carreira (em vez de um mais geral com alguns itens profissionais) é que ele concentra sua energia e é focado na carreira – não apenas no seu trabalho atual. Ele serve como um lembrete para te ajudar a pensar a longo prazo, em vez de se deixar levar pela correria dos prazos e da rotina de trabalho.

Suas metas atuais podem ser uma próxima promoção ou projeto. Seus objetivos de carreira no longo prazo incluem não apenas o próximo emprego, mas todos os posteriores, incluindo trabalhos em diferentes indústrias ou áreas. Objetivos a longo prazo incluem se você se vê como um executivo C-Level ou de repente se imagina criando o próprio negócio. Ou talvez seu maior objetivo seja se aposentar cedo e viajar pelo mundo.



- **2. Inclua todos os aspectos da sua carreira**

O que você deseja alcançar no trabalho? Isso pode ou não ser o que você está fazendo agora. Se você quer um trabalho que vai te fazer viajar o mundo, inclua fotos dos lugares que deseja visitar.

Se você quer mais visibilidade no trabalho, inclua fotos de alguém fazendo uma apresentação em uma reunião ou em um palco maior (você pode até sobrepor seu rosto nessa pessoa para tornar a imagem ainda mais pessoal). Se você quiser mudar para um setor diferente ou trabalhar em uma empresa específica, inclua logotipos dessa companhia.

O que você quer do seu trabalho? Se o objetivo for ganhar mais dinheiro, inclua imagens que indiquem riqueza para você (por exemplo, pilhas de dinheiro ou um balanço mostrando seu patrimônio líquido desejado). Se você busca um estilo de vida mais flexível, que permita trabalhar em qualquer lugar, inclua fotos do seu escritório em casa ou na praia. Se você quiser uma rede de apoio, coloque fotos suas cercado de pessoas.



- **3. Use o quadro como uma ferramenta de gerenciamento de carreira**

Depois de criar seu quadro de visualização de carreira, coloque-o em um lugar de destaque para que ele sirva como um lembrete diário do que você deseja alcançar e como inspiração para continuar.

Também é importante revisá-lo periodicamente (a cada três meses, por exemplo) para entender se algo mudou nos seus interesses ou nas suas prioridades. Talvez você queira tirar ou acrescentar itens ao seu quadro. Ele também vai te guiar para gerenciar seu tempo de carreira com mais eficiência. Ao rever suas metas e aspirações, perceba o que está travado e onde você precisa de algum tipo de suporte.



- **1. Use um quadro dos sonhos para focar na sua carreira, não apenas no seu trabalho**

As metas e desejos de carreira podem fazer parte do seu quadro de visualização geral, ou você pode criar um específico para as suas aspirações profissionais.

A vantagem de ter um quadro de visualização para a carreira (em vez de um mais geral com alguns itens profissionais) é que ele concentra sua energia e é focado na carreira – não apenas no seu trabalho atual. Ele serve como um lembrete para te ajudar a pensar a longo prazo, em vez de se deixar levar pela correria dos prazos e da rotina de trabalho.

Suas metas atuais podem ser uma próxima promoção ou projeto. Seus objetivos de carreira no longo prazo incluem não apenas o próximo emprego, mas todos os posteriores, incluindo trabalhos em diferentes indústrias ou áreas. Objetivos a longo prazo incluem se você se vê como um executivo C-Level ou de repente se imagina criando o próprio negócio. Ou talvez seu maior objetivo seja se aposentar cedo e viajar pelo mundo.

- 
- 
- 

1. Use um quadro dos sonhos para focar na sua carreira, não apenas no seu trabalho

As metas e desejos de carreira podem fazer parte do seu quadro de visualização geral, ou você pode criar um específico para as suas aspirações profissionais.

A vantagem de ter um quadro de visualização para a carreira (em vez de um mais geral com alguns itens profissionais) é que ele concentra sua energia e é focado na carreira – não apenas no seu trabalho atual. Ele serve como um lembrete para te ajudar a pensar a longo prazo, em vez de se deixar levar pela correria dos prazos e da rotina de trabalho.

Suas metas atuais podem ser uma próxima promoção ou projeto. Seus objetivos de carreira no longo prazo incluem não apenas o próximo emprego, mas todos os posteriores, incluindo trabalhos em diferentes indústrias ou áreas. Objetivos a longo prazo incluem se você se vê como um executivo C-Level ou de repente se imagina criando o próprio negócio. Ou talvez seu maior objetivo seja se aposentar cedo e viajar pelo mundo.

Como o Drex pode abrir novas possibilidades para startups?



A moeda digital do Banco Central brasileiro, também chamada de **Drex**, é vista por muitos como uma promessa de abrir novas possibilidades para as startups, em especial no setor de blockchain. A bem da verdade, na visão de diversos players, ela será um divisor de águas no blockchain. As aplicações do “dinheiro programável” são muitas e, para as fontes ouvidas pelo **Startups**, o primeiro passo para sair na frente é justamente [identificar as oportunidades que serão criadas](#) com esse novo ambiente.

“O sistema financeiro vem passando por muitas transformações, com as fintechs, o próprio Pix, mas a infra continuava a mesma, a essência não mudou. O que está acontecendo agora é o surgimento de uma nova infra, um novo sistema, que é o sistema das NFTs e do Bitcoin, mas que com o Drex ganha uma potência enorme”, avalia Dan Yamamura, CEO da **Fuse Capital**.

A expectativa é que, no futuro, o blockchain faça parte das operações de todas as empresas, afirma Fabrício Tota, diretor de Novos Negócios do **Mercado Bitcoin (MB)**. E o Drex vai ser a forma como a moeda brasileira será utilizada nesse universo.

“Vai fazer pouco sentido daqui a pouco tempo falar de uma startup especializada em blockchain, porque todo mundo vai ter que falar essa língua. É como, hoje em dia, uma empresa dizer que é especializada em internet”, compara Fabrício.

Mas enquanto as empresas e a sociedade aprendem sobre esse universo, as startups que já dominarem a tecnologia sairão na frente, tanto no oferecimento de soluções próprias, quanto na prestação de serviço para grandes companhias que queiram entrar nesse mercado.

“Tem uma demanda muito forte pelo conhecimento da tecnologia. No Brasil, o grande lance é a tokenização, o que abre muitas oportunidades para startups que dominam essa área”, destaca o diretor do **MB**.

Contratos inteligentes

Um dos usos mais esperados para o Drex é com relação aos contratos inteligentes — ou smart contracts. A ideia é que, com o dinheiro programável, seja possível automatizar as fases de um contrato, reduzindo os intermediários e agilizando os processos.

No blockchain, os contratos seriam feitos por meio de uma programação, que permite a inclusão de variáveis, como as condições para a liberação de um pagamento, por exemplo. Nesse caso, assim que essas condições fossem cumpridas, o dinheiro seria liberado automaticamente. E o Drex é a forma como o real, ou seja, a moeda brasileira, poderá ser incluída nessa programação.

Um dos exemplos mais citados para o uso dos smart contracts em transações do “mundo real” são na compra de um carro, em que o comprador primeiro transfere o dinheiro e depois recebe a propriedade do veículo. Com o Drex, o dinheiro e a propriedade do carro serão transferidos de forma simultânea.

Esse princípio vale também para operações com bens virtuais, como antecipações de recebíveis. A aplicação do Drex e dos contratos inteligentes nessas modalidades tem sido estudada pela **Transfeera**, startup especializada em pagamentos.

“O nosso mercado é B2B e quando falamos em PJ uma das possibilidades de uso do Drex que observamos é na antecipação de recebíveis. Isso está no nosso radar e estamos começando a fazer estudos para ver como conseguiríamos aproveitar essa nova plataforma”, afirma Fernando Nunes, CEO da **Transfeera**.

Hoje, a **Transfeera** não atua no blockchain. Segundo Fernando, o Drex será a porta de entrada da startup nesse universo.

“Entendemos que haverá um ganho de eficiência com a eliminação de alguns intermediários. Provavelmente vamos ver o surgimento de novos tipos de fintechs baseadas muito mais no open finance e no Drex e criando novas possibilidades dentro desses sistemas”, avalia o CEO.

João Gianvecchio, gerente estratégia e inovação no banco **BV**, também identifica oportunidades no segmento de crédito com garantias. Para ele, o Drex tratá mais segurança aos contratos, além de possibilitar o uso de um mesmo bem como garantia em mais de uma operação.

“Hoje, se você tem um imóvel rural, por exemplo, e precisa tomar crédito, dando o imóvel como garantia, você bloqueia esse bem. O Marco Legal das Garantias possibilita usar a mesma matrícula para mais de um crédito. E o Drex ajuda no pós porque pode atrelar pagamento da dívida com a liberação da garantia de forma escalonada”, explica.

Captação de recursos e investimentos

O Drex também abre novas possibilidades para startups que querem captar recursos por meio de [Fundos de Investimento em Direitos Creditórios \(FIDC\)](#). Dan Yamamura, CEO da **Fuse Capital**, afirma que está em processo de autorização na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a criação dos tokens de Direitos Creditórios, chamados de TIDCs ou tokens de recebíveis, que serão registrados em blockchain.

“Eles replicam processos de um FIDC através do blockchain, tornando a operação mais barata e transparente. Hoje você consegue fazer tudo isso usando uma moeda que é privada. No momento em que substitui por uma moeda pública, a credibilidade aumenta e você traz mais liquidez para dentro do sistema”, afirma Dan.

Outro efeito de curto prazo a partir da liberação do Drex será o surgimento de stable coins lastreadas no Real Digital, avalia Fabrício, do **Mercado Bitcoin**. Essas moedas são usadas para fazer operações dentro do universo cripto.

“Hoje, essas moedas são lastreadas em títulos públicos. Com o Drex, elas poderão ser lastreadas na moeda do Banco Central”, aponta.

FONTE:

<https://startups.com.br/inovacao/drex-abre-novas-possibilidades-para-startups/>

Veja quais foram os principais ataques cibernéticos do último ano e como empresas e órgãos governamentais tomaram providências

Durante 2023, os sistemas bancários enfrentaram uma série de ataques cibernéticos, na tentativa de comprometer a segurança das transações financeiras

Em 2023, o Brasil e o mundo enfrentaram uma onda intensa de ataques cibernéticos, revelando uma paisagem digital cada vez mais ativa e alvo de criminosos no mundo todo. Muitos desses ataques foram orquestrados por grupos ligados ao crime organizado ou patrocinado por governos, demonstrando uma sofisticação alarmante nas táticas empregadas.

Em seu relatório sobre o cenário brasileiro e mundial de cibersegurança em 2023, a Apura Cyber Intelligence, uma das maiores empresas de cibersegurança do Brasil, elencou alguns ataques que ocorreram no decorrer do ano e chamaram a atenção mundialmente, seja pela audácia dos criminosos ou pela repercussão que eles geraram.



“Quem não investiu seriamente em cibersegurança no ano de 2023 certamente apresentou vulnerabilidade que, se ainda não foi explorada, certamente será no futuro”, alerta Anchises Moraes, líder de Threat Intelligence na [Apura](#).

Plataformas e aplicativos de uso corporativos

O ano de 2023 foi marcado por uma série de ataques cibernéticos a plataformas corporativas. Em janeiro, o Slack, plataforma de comunicação colaborativa, revelou ter sido alvo de um ataque cibernético. Embora tenha assegurado aos usuários que nenhuma informação sensível foi comprometida, o incidente suscitou preocupações sobre a segurança das plataformas corporativas amplamente utilizadas para a comunicação interna e colaboração.

No mês seguinte, a gigante de tecnologia Atlassian, que desenvolve soluções de colaboração e gestão de projetos, tornou-se alvo do grupo de hackers autodenominado ‘SiegedSec’.

Em um ataque que ocorreu no final do Dia dos Namorados, celebrado nos EUA em 14 de fevereiro, o grupo afirmou ter hackeado a empresa de software, expondo plantas baixas da companhia e informações de aproximadamente 13 mil funcionários. De maneira peculiar, o grupo hacker abordou a Atlassian em sua postagem sobre o vazamento de dados, fazendo uma pergunta inusitada: “Você será meu namorado?” antes de declarar o hack.

Ondas de Ataques Cibernéticos Abalam Sistemas Bancários em 2023

O setor financeiro é, tradicionalmente, um dos nichos mais visados por cibercriminosos. Durante 2023, os sistemas bancários e, em especial, o PIX no Brasil, enfrentaram uma série de ataques cibernéticos sofisticados, na tentativa de comprometer a segurança das transações financeiras.

Em fevereiro, o Prilex, conhecido trojan bancário brasileiro, deu um salto em sofisticação ao direcionar suas investidas para transações em cartões por aproximação, ao comprometer computadores conectados a terminais de ponto de venda, o que gerou preocupação sobre a segurança dos meios de pagamento.

Outro risco significativo no cenário bancário brasileiro ocorreu com a proliferação de malwares especializados em redirecionar transações realizadas via PIX, tais como o PixPirate, um trojan bancário projetado especificamente para dispositivos Android.

Com o ecossistema do PIX, sistema de pagamentos instantâneos do Brasil, cada vez mais integrado às transações cotidianas, o PixPirate trouxe uma nova ameaça ao ambiente financeiro móvel. Ao todo, os especialistas da Apura identificaram nove famílias distintas de malwares direcionados a este modelo de transação bancária.

Em maio, uma campanha orquestrada por atores brasileiros mirou instituições financeiras portuguesas. Em julho, um cibercriminoso espanhol, autointitulado o “Rei do Cibercrime”, conseguiu roubar mais de 350 mil euros de bancos. Este incidente destaca não apenas a sofisticação das ameaças, mas também a necessidade de medidas proativas para identificar e deter criminosos virtuais.

Mais um pouco sobre o cenário mundial

“Não foi apenas no Brasil que os ataques cibernéticos foram ousados”, explica Moraes. O cenário de ataques cibernéticos transcende fronteiras, exigindo respostas rápidas e eficazes.

No mês de abril, as autoridades norte-americanas deram um golpe significativo no submundo cibernético com a apreensão do Gênesis Market pelo FBI. Este mercado clandestino, conhecido por hospedar transações ilegais envolvendo dados roubados e malware, foi desmantelado, demonstrando o comprometimento das agências de segurança em combater atividades ilícitas online.

Também em abril, documentos confidenciais dos Estados Unidos surgiram em redes sociais, causando apreensão no Pentágono. O incidente levantou preocupações sobre a segurança dos dados sensíveis do governo e reacendeu o debate sobre as vulnerabilidades das comunicações governamentais em um mundo cada vez mais digitalizado.

“Isso não apenas expôs as vulnerabilidades críticas das infraestruturas nacionais, mas também destacou como a cibersegurança tornou-se um elemento crucial na proteção não apenas de dados, mas também de serviços essenciais”, reflete o especialista.

Porém, as autoridades também deram o seu contra-ataque. Em maio, o FBI protagonizou outro grande feito ao derrubar uma rede de malware espião russo que estava em atividade há quase duas décadas. Esse ataque revelou a persistência e a sofisticação dos atores cibernéticos, enquanto agências de segurança globais continuam a combater ameaças de longo prazo.

Em junho, cibercriminosos do grupo de ransomware Cl0p exploraram uma falha inédita no aplicativo MOVEit Transfer, utilizado por empresas para troca segura de arquivos. Graças à essa falha, explorada dois dias antes do surgimento de uma correção, o grupo conseguiu invadir e extorquir centenas de empresas no decorrer do ano.

Esse ataque mostrou que os cibercriminosos conseguem grande êxito ao comprometer ferramentas populares fornecidas por terceiros, causando grande discussão sobre a necessidade de maiores cuidados de segurança na cadeia de suprimentos.

“É impossível falar de incidentes cibernéticos em 2023 sem citar os ciberataques aos gigantes do entretenimento MGM Resorts e Caesars Entertainment“, destaca Moraes.

As duas grandes redes de cassino de Las Vegas, nos EUA, foram atacadas em setembro por um grupo criminoso afiliado ao conhecido grupo de ransomware Blackcat/ALPHV. Enquanto os sistemas dos cassinos da rede MGM ficaram indisponíveis por aproximadamente 10 dias, até sua recuperação pelos técnicos da empresa, a rede Caesars optou por pagar o resgate aos criminosos – e seus sistemas foram poupados. A MGM Resorts declarou que teve custos na ordem de 100 milhões de dólares na recuperação de seus sistemas.

O mês de outubro trouxe uma nova dimensão ao conflito entre Israel e o grupo terrorista Hamas que acabou se estendendo para o ciberespaço. Os ataques cibernéticos por grupos hacktivistas posicionados entre os dois lados tornaram-se uma arma adicional nesse conflito, refletindo a crescente interconexão entre conflitos geopolíticos e a guerra cibernética.

No penúltimo mês do ano, o FBI interrompeu as atividades da Botnet IPStorm, mais uma vez evidenciando a eficácia das agências de segurança na luta contra infraestruturas cibernéticas maliciosas.

“O ano de 2023 foi muito intenso no cenário cibernético, com grande volume de ataques de grupos de ransomware em todo o mundo, novas técnicas de ataque de negação de serviço (DDoS) e o conflito entre Israel e Hamas se somando à guerra cibernética existente entre Rússia e Ucrânia“, avalia Moraes.

Tal cenário demanda atenção constante das empresas e investimentos certos em segurança da informação, incluindo o treinamento e capacitação de funcionários, que são considerados a primeira linha de defesa das corporações. Dentre as diversas soluções e serviços de segurança existentes, a disciplina de Inteligência de Ameaças Cibernéticas (ou CTI, sigla para Cyber Threat Intelligence) permite às corporações ter uma maior visibilidade de seus riscos e agir proativamente contra as principais ameaças.

“O ano de 2023 foi muito intenso no cenário cibernético, com grande volume de ataques de grupos de ransomware em todo o mundo, novas técnicas de ataque de negação de serviço (DDoS) e o conflito entre Israel e Hamas se somando à guerra cibernética existente entre Rússia e Ucrânia“, avalia Moraes.

Tal cenário, reforça o especialista, demanda atenção constante das empresas e investimentos certos em segurança da informação, incluindo o treinamento e capacitação de funcionários, que são considerados a primeira linha de defesa das corporações.

Dentre as diversas soluções e serviços de segurança existentes, a disciplina de Inteligência de Ameaças Cibernéticas (ou CTI, sigla para Cyber Threat Intelligence) permite às corporações ter uma maior visibilidade de seus riscos e agir proativamente contra as principais ameaças.

“À medida que a tecnologia avança, a resposta global à cibersegurança torna-se mais essencial do que nunca para proteger dados sensíveis, infraestruturas críticas e a privacidade dos cidadãos em todo o mundo“, finaliza Anchises Moraes.

[Estudo afirma que Gen Z é mais suscetível a golpes online e ataques cibernéticos – entenda o porquê](#)

[Avast bloqueia recorde histórico de 1 bilhão de ataques cibernéticos únicos por mês](#)

[Segurança Compartilhada: Uma Estratégia Coletiva para Combater Ataques Cibernéticos no Brasil](#)

[Ataques cibernéticos em ascensão: prejuízo anual pode chegar a USD\\$10,5 trilhões previsto até 2025](#)



ID Ainda dá tempo de incluir o **Crypto ID** no seu planejamento de 2024

O maior portal de criptografia e Identificação Digital do Brasil

SAIBA MAIS

Contratar pessoas é mais barato que adotar IA na maioria dos empregos, afirma estudo do MIT

Pesquisadores concluíram que apenas 23% dos trabalhadores poderiam ser substituídos pela tecnologia sem perdas.



A [inteligência artificial](#) ainda não consegue substituir a maioria dos empregos de maneira economicamente viável, segundo estudo do MIT (Instituto de [Tecnologia](#) de Massachusetts, na sigla) em inglês) que buscou abordar os temores sobre a substituição de humanos pela IA em uma série de setores.

Em uma das primeiras investigações aprofundadas sobre a viabilidade da IA substituir o trabalho, os pesquisadores modelaram a atratividade do custo de automatizar várias tarefas nos [Estados Unidos](#), concentrando-se em empregos onde a visão computacional era empregada —por exemplo, professores e avaliadores de imóveis.

A visão computacional é uma área da IA que permite que as máquinas obtenham informações significativas de imagens digitais e outras entradas visuais, com suas aplicações mais gerais aparecendo em sistemas de detecção de objetos para direção autônoma em veículos ou na ajuda à organização de fotos em smartphones.

Os pesquisadores chegaram à conclusão de que apenas 23% dos trabalhadores, medidos em termos de salários em dólares, poderiam ser efetivamente substituídos.

Em outros casos, já que o reconhecimento visual auxiliado por uma IA é caro de instalar e operar, os humanos realizaram o trabalho de forma mais econômica.

A adoção da IA em diversos setores acelerou no ano passado depois que o ChatGPT da OpenAI e outras ferramentas generativas mostraram o potencial da tecnologia.

Empresas de tecnologia como Microsoft e Alphabet, dona do Google, nos EUA, e Baidu e Alibaba na China, lançaram novos serviços de IA e intensificaram os planos de desenvolvimento —em um ritmo que alguns líderes do setor alertaram ser excessivamente rápido.

Os temores sobre o impacto da IA nos empregos têm sido uma preocupação central há muito tempo.

“As máquinas roubarão nossos empregos’ é um sentimento frequentemente expresso durante períodos de mudança tecnológica rápida. Essa ansiedade ressurgiu com a criação de grandes modelos de linguagem”, disseram os pesquisadores do Laboratório de Ciência da Computação e Inteligência Artificial do MIT em um artigo de 45 páginas intitulado “Beyond AI Exposure” [“Além da Exposição à IA”, em tradução livre].

“Descobrimos que apenas 23% dos trabalhadores ‘expostos’ à visão computacional da IA seria economicamente viável para as empresas automatizarem devido aos altos custos iniciais dos sistemas de IA.”

A relação custo-benefício da visão computacional é mais favorável em segmentos como varejo, transporte e armazenamento, todas áreas em que Walmart e Amazon são proeminentes.

Também é viável no contexto da saúde, disse o artigo do MIT. Uma implantação mais agressiva de IA, especialmente por meio de ofertas de assinatura de “AI as a service”, poderia expandir outros usos e torná-los mais viáveis, disseram os autores.

O estudo foi financiado pelo Laboratório de IA MIT-IBM Watson e utilizou pesquisas online para coletar dados sobre cerca de 1.000 tarefas assistidas por computação visual em 800 ocupações.

Apenas 3% dessas tarefas podem ser automatizadas de maneira economicamente viável hoje, mas esse número poderia chegar a 40% até 2030 se os custos de dados caírem e a precisão melhorar, disseram os pesquisadores.

A sofisticação do ChatGPT e de concorrentes como o Bard do Google reacendeu a preocupação com a IA eliminando empregos, já que os novos chatbots mostram proficiência em tarefas que anteriormente apenas os humanos eram capazes de realizar.

O FMI disse na semana passada que quase 40% dos empregos do mundo seriam afetados e que os formuladores de políticas precisariam equilibrar cuidadosamente o potencial da IA com as consequências negativas.

No Fórum Econômico Mundial em Davos na semana passada, muitas discussões se concentraram na substituição da força de trabalho pela IA.

O cofundador da Inflection AI e do DeepMind do Google, Mustafa Suleyman, disse que os sistemas de IA são “ferramentas fundamentalmente substitutas do trabalho”.

Um estudo de caso no artigo analisou uma padaria hipotética. Padeiros inspecionam visualmente os ingredientes para controle de qualidade diariamente, mas isso representa apenas 6% de suas tarefas, disseram os pesquisadores.

A economia de tempo e salários resultante da implementação de câmeras e um sistema de IA ainda está longe do custo de tal atualização tecnológica, concluíram.

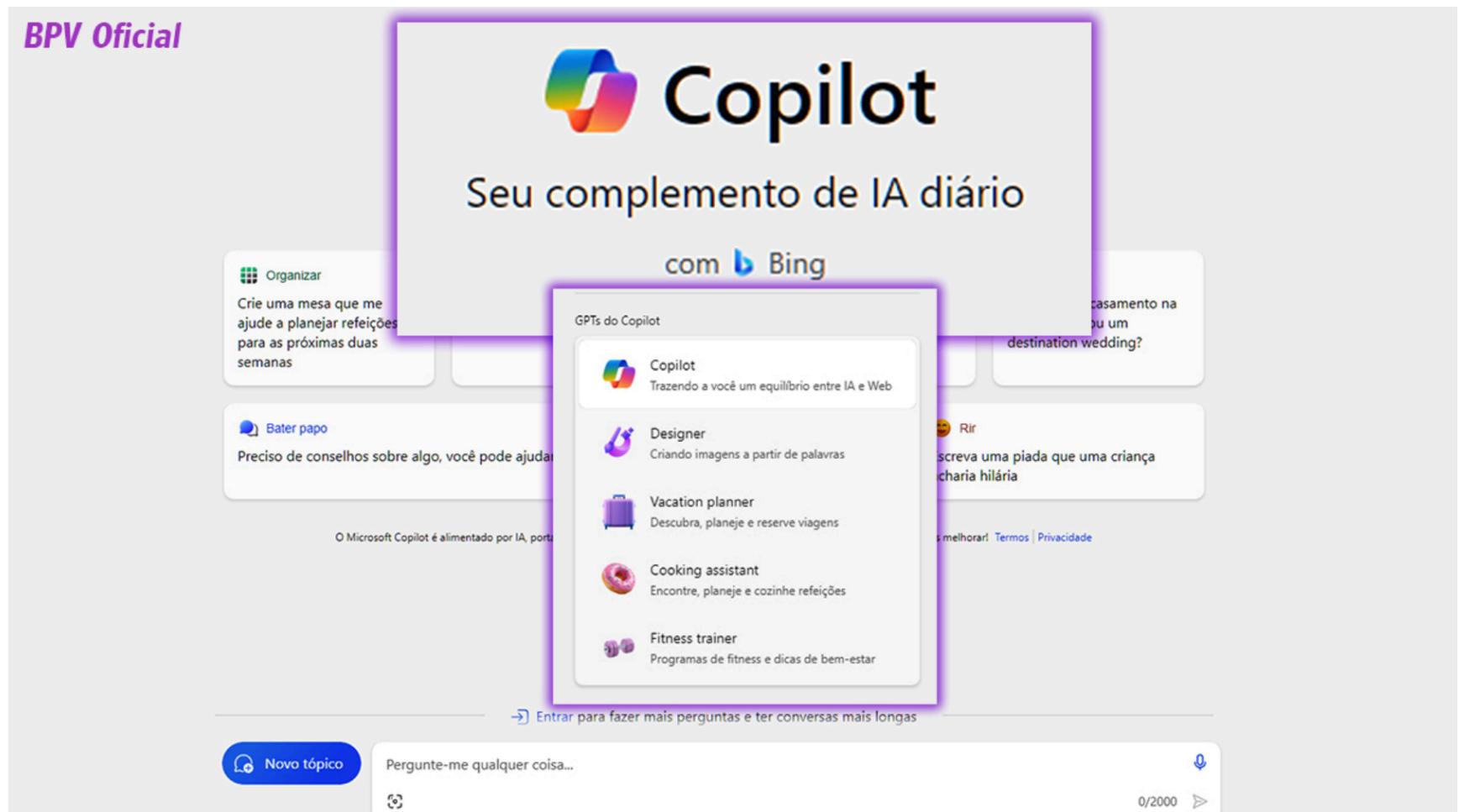
“Nosso estudo examina o uso da visão computacional em toda a economia, examinando sua aplicabilidade a cada ocupação em quase todos os setores e indústrias”, disse Neil Thompson, diretor do Projeto de Pesquisa FutureTech no Laboratório de Ciência da Computação e Inteligência Artificial do MIT.

“Mostramos que haverá mais automação no varejo e na saúde, e menos em áreas como construção, mineração ou imóveis”, disse ele por email.

FONTE:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/01/contratar-pessoas-e-mais-barato-que-adotar-ia-na-maioria-dos-empregos-afirma-estudo-do-mit.shtml>

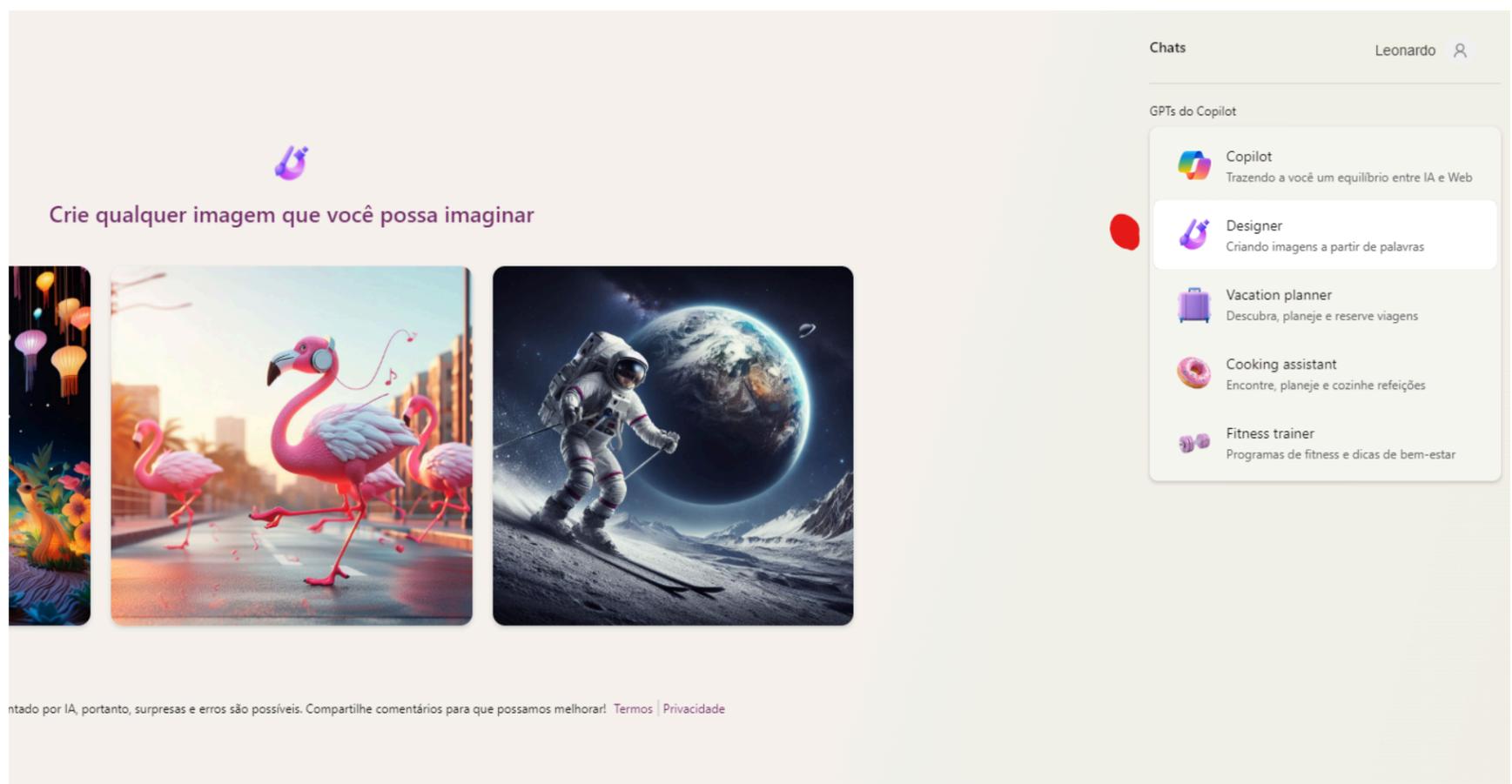
Microsoft Liberou de Graça para Todos os GPTs do Copilot; Aproveita!



Olá, pessoal! Hoje eu tenho uma ótima notícia para vocês que adoram usar o Microsoft Copilot para escrever código, criar projetos ou simplesmente se divertir. Vocês já ouviram falar dos novos “GPTs” que a Microsoft lançou recentemente? Eles são módulos especiais que usam a tecnologia ChatGPT para gerar conteúdo personalizado de acordo com o seu tema de interesse. E o melhor de tudo: eles são gratuitos!

Isso mesmo, você não precisa pagar nada para usar os **GPTs do Copilot**. Você só precisa acessar, [clique aqui!](#) Eles funcionam em qualquer navegador, inclusive no Chrome, e não exigem login na sua conta da Microsoft. Eu já testei alguns deles e fiquei impressionado com os resultados! Mas uma observação: Aconselho fazer login na sua conta Microsoft para usar ele sem nenhuma limitação!

Os GPTs do Copilot são como assistentes virtuais que te ajudam a fazer coisas incríveis com apenas algumas palavras. Por exemplo, se você quiser criar uma imagem a partir de uma descrição, basta usar o **GPT Designer** e digitar o que você quer. O GPT vai usar o **DALL-E 3**, um modelo de inteligência artificial que pode gerar imagens realistas a partir de texto, para criar a imagem para você. E não é só isso: o **GPT Designer** é otimizado para criatividade, então ele vai usar conhecimento extra e técnicas avançadas para fazer imagens mais originais e interessantes.



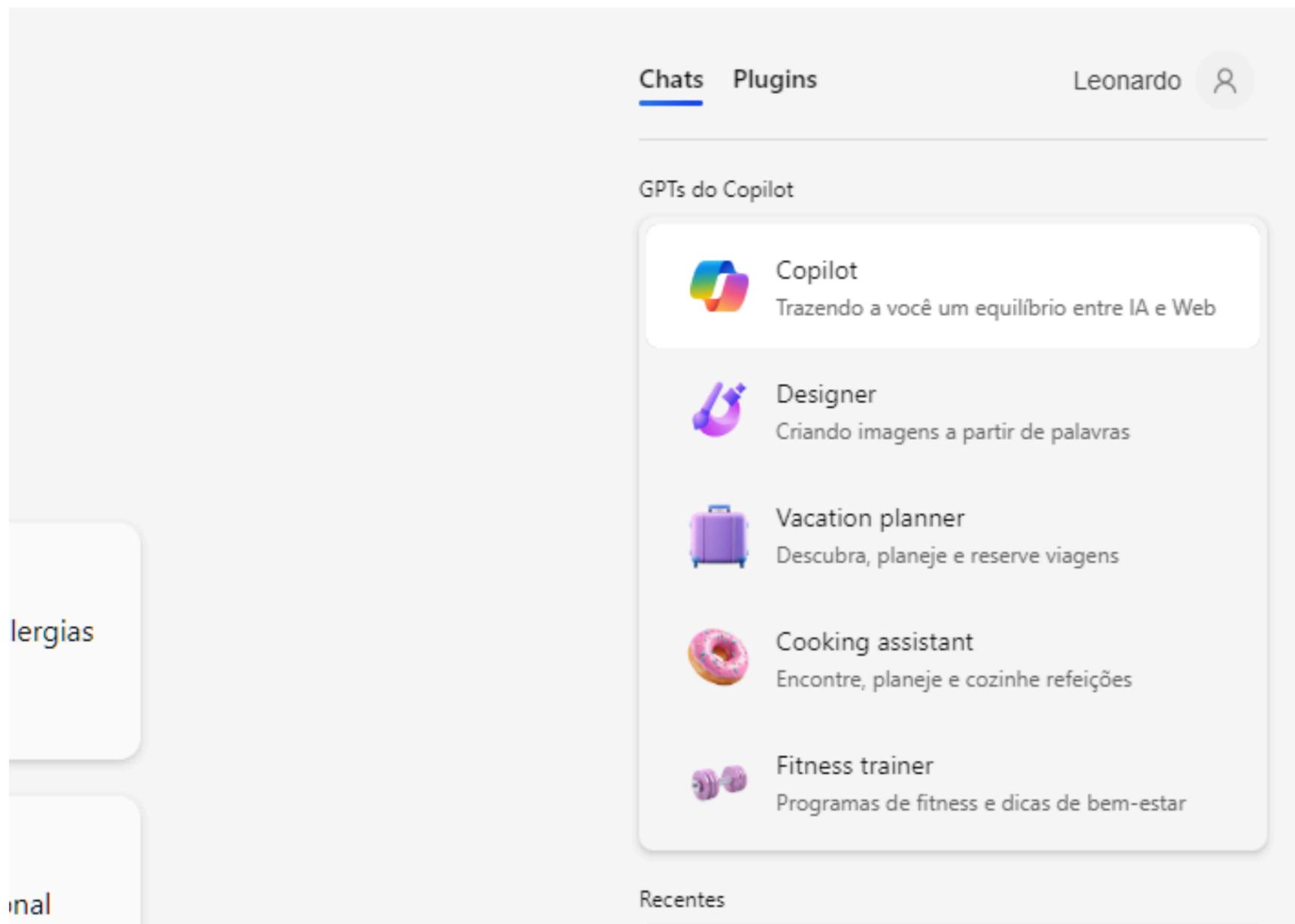
Fonte da imagem / BPV Produções

Mas se você preferir planejar uma viagem, cozinhar uma receita ou fazer um exercício físico, não se preocupe: há um GPT para cada um desses temas também. O **GPT Planejador de Férias** te ajuda a encontrar destinos, roteiros e reservas para a sua próxima aventura. O **GPT Assistente de Cozinha** te sugere receitas deliciosas, dicas de nutrição e passo a passo para preparar os pratos. E o **GPT Instrutor de Fitness** te orienta a fazer programas de treino e cuidar da sua saúde.

A Microsoft está atualmente testando os seguintes GPTs:

- **Copilot:** Trazendo para você um equilíbrio entre AI e a web
- **Designer:** Criando imagens a partir de palavras.
- **Planejador de férias:** descubra, planeje e reserve viagens.
- **Assistente de cozinha:** Encontre, planeje e prepare refeições.
- **Instrutor de fitness:** programas de fitness e dicas de bem-estar.

Vale ressaltar que esses GPTs já estão presentes no ChatGPT Plus, mas a Microsoft os está trazendo para a versão gratuita do Copilot, a Microsoft disse que continuaria a oferecer **ChatGPT GPT-4 Turbo no Copilot gratuitamente**, mas apenas fora dos horários de pico. Por outro lado, os assinantes do **Copilot Pro** sempre terão acesso ao **GPT-4 e GPT-4 Turbo**.



Fonte da imagem / BPV Produções

Os GPTs do Copilot são uma forma incrível de aproveitar o poder da inteligência artificial para facilitar e enriquecer a sua vida. Eles são adaptados às suas necessidades e preferências, e você pode usá-los quantas vezes quiser, sem custo algum. A Microsoft está sempre inovando e trazendo novidades para os seus usuários, e os GPTs são mais uma prova disso.

Eu recomendo que você experimente os GPTs do Copilot o quanto antes e veja por si mesmo como eles são fantásticos. Eu tenho certeza que você vai se surpreender com o que eles podem fazer por você. E fique ligado, porque em breve a Microsoft vai lançar mais GPTs com temas diferentes e funcionalidades extras. Eu mal posso esperar para ver o que vem por aí! [Comece a usar agora mesmo os GPTS do Copilot, acesse aqui!](#)

E você, já usou algum dos GPTs do Copilot? O que achou? Deixe seu comentário abaixo e compartilhe sua experiência com a gente. Até a próxima!

Fique ligado em [nosso site](#) e no [Canal BPV Oficial](#) no Youtube.

Trabalho remoto é para quem ganha mais?

Pesquisa nos EUA sinaliza que expedientes a distância privilegiam profissionais com maiores salários; saiba como é a realidade no Brasil.



O trabalho remoto é mais comum entre profissionais com maiores salários, mais qualificados e experientes – pelo menos nos Estados Unidos. É o que mostra uma pesquisa realizada por professores das universidades de Stanford e Harvard, que acaba de ser divulgada. O levantamento analisou dez mil anúncios on-line de emprego, publicados entre 2019 e 2023.

Sobre a remuneração, os pesquisadores descobriram que as oportunidades de expediente em home office são mais raras em empregos com rendimentos anuais em torno de US\$ 30 mil – considerada baixa pelos estudiosos.

“À medida que avançamos na escala de rendimentos, a parcela de anúncios que oferece trabalho híbrido ou totalmente remoto aumenta”, afirma Nicholas Bloom, professor de economia na Universidade de Stanford, em [artigo](#) publicado na “Harvard Business Review”, publicação sobre liderança e estratégia da instituição americana.

Em 2023, segundo o estudo, 10% dos empregos anunciados pagavam US\$ 60 mil ao ano, 20% correspondiam a US\$ 100 mil e 30% eram de ocupações que valem cerca de US\$ 200 mil, entre as faixas salariais mais citadas. “A ligação entre um bom salário e a capacidade de trabalhar em casa é um fenômeno novo no mercado de trabalho”, observa Bloom.

Para efeito de comparação, antes da pandemia, em 2019, apenas 8% das vagas de trabalho remoto ou híbrido pagavam US\$ 200 mil ao ano – fatia que saltou para 30% em 2023.

Com diploma

No que diz respeito à qualificação, o trabalho híbrido ou remoto aparece em menor quantidade nas vagas que procuram candidatos que tenham até o ensino médio. Apenas 1,6% dos empregos com essa qualificação ofereciam produção em casa em 2019, número que aumentou pouco em 2023, para 1,9%.

“As ocupações com maiores requisitos educacionais oferecem mais oportunidades a distância”, afirma Raffaella Sadun, professora de administração de empresas na Harvard Business School.

De acordo com a análise, 30% dos anúncios que especificam a necessidade de pós-graduação no currículo dão a chance de operar remotamente em, pelo menos, parte da semana. Entre as ofertas que pediam diploma de bacharelado, 4,9% permitiam funções remotas ou híbridas em 2019, ante 14,9% em 2023.

Já entre as colocações com obrigatoriedade de mestrado, 7,1% ofereciam teletrabalho em 2019, um cenário que mais que triplicou no ano passado, com uma participação de 27,1%. No nível de doutorado, o avanço foi de 16,8% para 29% das vagas, no mesmo intervalo.

Experiência conta

O estudo também sinaliza que empregos que solicitam experiência na função garantem mais chances de trabalhar fora das baias. Em 2023, apenas 3% dos anúncios de empregos de entrada (que exigem menos de um ano de janela) ofereciam tarefas a distância.

“Os profissionais iniciantes precisam de treinamento e orientação, atividades que podem se beneficiar das interações presenciais no local de trabalho”, justifica Sadun.

De acordo com o relatório, quando a régua da experiência sobe, as oportunidades de home office também tornam-se mais abundantes. Para empregos que impõem pelo menos sete anos de experiência, um quarto dos anúncios permite o trabalho remoto. “As empresas querem trabalhadores mais velhos, com responsabilidades familiares maiores e menos necessidade de acompanhamento.”

Em 2019, apenas 2,4% dos empregos que exigiam menos de um ano de experiência liberavam o trabalho em casa, conjunto que subiu para 4,2% em 2023. Das posições que pleiteavam de um a três anos de experiência, o índice saiu de 5,3% há cinco anos para 10%, no ano passado.

O maior salto ocorreu em funções que demandavam de sete a nove anos de batente, passando de 5,1% para 34,2%, no mesmo período analisado.

Trabalho remoto no Brasil

Na visão de Christiana Mello, diretora da unidade recrutadores da Catho, marketplace com mais de 500 mil vagas que conecta empresas e candidatos, a realidade do trabalho remoto no Brasil é bem diferente do cenário que os pesquisadores observaram nos Estados Unidos.

“Aqui, o expediente a distância abrange uma gama mais diversificada de cargos e níveis salariais”, explica. De acordo com um levantamento feito com base nas colocações disponíveis no site da Catho, as que mais permitem oportunidades para trabalho remoto incluem analista, assistente, estagiário e vendedor, além de consultor, coordenador, gerente e advogado.

“Essa variedade mostra que o home office no país está acessível a profissionais em diferentes estágios de carreira, desde iniciantes até quem tem maior senioridade, como gestores e especialistas”, afirma.

Além disso, quanto aos salários, a maioria das vagas para home office cadastradas na Catho marca proventos a partir de R\$ 1 mil. Isso sugere, diz Mello, que o trabalho remoto no mercado nacional não é exclusivo apenas para posições de alta remuneração, mas também para empregos com honorários mais baixos. “O que amplia as oportunidades a distância para um número maior de profissionais”, explica.

Perfil ideal para o home office

Ana Paula Prado, CEO do Infojobs, plataforma de oportunidades profissionais com uma lista de 33,4 mil empresas com vagas ativas em 2023, diz que o que vale no Brasil, para uma seleção de trabalho remoto, é o conjunto de competências do candidato.

“É importante que esse profissional tenha habilidades como autogestão e organização bem desenvolvidas para conseguir trabalhar remotamente”, afirma. “Os líderes de RH [das empresas] sempre avaliarão se as competências estão de acordo com a vaga e, principalmente, se o candidato tem o ‘fit’ cultural com a organização.”

Por outro lado, pondera a executiva, como o volume de vagas de trabalho remoto diminuiu, o modelo permite ampliar as exigências para o posto e acaba atraindo perfis mais qualificados. As pessoas que já atuaram no formato remoto e apresentaram bons resultados sairão na frente das seleções, ante os candidatos sem esse tipo de vivência, diz.

Um levantamento feito pelo Infojobs com os anúncios publicados na plataforma em 2023 – 641,5 mil novas vagas foram listadas no ano passado – indica que 94% foram para posições presenciais, antes de híbridas (3,6%) e somente para home office (2,4%). “Esse panorama contempla todos os níveis hierárquicos, do estagiário ao executivo, em todo o Brasil.”

Mas a CEO acredita que um currículo extenso pode abrir mais portas para trabalhar a distância. “Um profissional experiente é sempre muito abordado pelo mercado”, afirma. “Com ele, a chance de dar certo [na posição remota] aumenta e o risco de quem contrata diminui.”

Prado diz que já testemunhou recrutamentos exclusivos para expedientes presenciais que tiveram de “pivotar”, dando a possibilidade para um candidato qualificado trabalhar remoto, por conta da preferência do profissional. “Isso acontece quando surge um perfil ideal na sua frente e o modelo de trabalho acaba sendo o diferencial que vai garantir a aceitação dele para a vaga”, conta.

Avaliar a necessidade da presença constante dos funcionários nas companhias é essencial para não perder talentos que buscam oportunidades remotas, lembra Mariana Dias, CEO e co-fundadora da Gupy, de soluções para RH. “Empresas menos tradicionais, como bancos digitais e fintechs, tendem a adotar modelos flexíveis de trabalho devido à natureza dos negócios e à mentalidade das gerações mais novas”, destaca.

FONTE:

<https://valor.globo.com/carreira/noticia/2024/01/20/trabalho-remoto-e-para-quem-ganha-mais.ghtml>